

Organizado por  
Manuel Castells

# **Outra economia é possível**

Cultura e economia em tempos de crise

Tradução:  
Renato Aguiar

Revisão técnica:  
Norberto Montani Martins



*Referências bibliográficas*

*Agradecimentos*

*Sobre os autores*

*Índice remissivo*

1. 5
2. 7
3. 8
4. 9
5. 10
6. 11
7. 13
8. 14
9. 15
10. 16
11. 17
12. 18
13. 19
14. 20
15. 21
16. 22
17. 23
18. 24
19. 25
20. 26
21. 27
22. 28
23. 29
24. 30
25. 31
26. 32
27. 33
28. 34
29. 35
30. 36
31. 37
32. 38
33. 39

34.	40
35.	41
36.	42
37.	43
38.	44
39.	45
40.	46
41.	47
42.	48
43.	49
44.	50
45.	51
46.	52
47.	53
48.	54
49.	55
50.	56
51.	57
52.	58
53.	59
54.	60
55.	61
56.	62
57.	63
58.	64
59.	65
60.	66
61.	67
62.	68
63.	69
64.	70
65.	71
66.	72
67.	73
68.	74
69.	75
70.	76
71.	77
72.	78
73.	79

74.	80
75.	81
76.	82
77.	83
78.	84
79.	85
80.	86
81.	87
82.	88
83.	89
84.	90
85.	91
86.	92
87.	93
88.	94
89.	95
90.	96
91.	97
92.	98
93.	99
94.	100
95.	101
96.	102
97.	103
98.	104
99.	105
100.	106
101.	107
102.	108
103.	109
104.	110
105.	111
106.	112
107.	113
108.	114
109.	115
110.	116
111.	117
112.	118
113.	119

114.	120
115.	121
116.	122
117.	123
118.	124
119.	125
120.	126
121.	127
122.	128
123.	129
124.	130
125.	131
126.	132
127.	133
128.	134
129.	135
130.	136
131.	137
132.	138
133.	139
134.	140
135.	141
136.	142
137.	143
138.	144
139.	145
140.	146
141.	147
142.	148
143.	149
144.	150
145.	151
146.	152
147.	153
148.	154
149.	155
150.	156
151.	157
152.	158
153.	159

154.	160
155.	161
156.	162
157.	163
158.	164
159.	165
160.	166
161.	167
162.	168
163.	169
164.	170
165.	171
166.	172
167.	173
168.	174
169.	175
170.	176
171.	177
172.	178
173.	179
174.	180
175.	181
176.	182
177.	183
178.	184
179.	185
180.	186
181.	187
182.	188
183.	189
184.	190
185.	191
186.	192
187.	193
188.	194
189.	195
190.	196
191.	197
192.	198
193.	199

194.	200
195.	201
196.	202
197.	203
198.	204
199.	205
200.	206
201.	207
202.	208
203.	209
204.	210
205.	211
206.	212
207.	213
208.	214
209.	215
210.	216
211.	217
212.	218
213.	219
214.	220
215.	221
216.	222
217.	223
218.	224
219.	225
220.	226
221.	227
222.	228
223.	229
224.	230
225.	231
226.	232
227.	233
228.	234
229.	235
230.	236
231.	237
232.	238
233.	239

234. 240  
235. 241  
236. 242  
237. 243  
238. 244  
239. 245  
240. 246  
241. 247  
242. 248  
243. 249  
244. 250  
245. 251  
246. 252  
247. 253  
248. 254  
249. 255  
250. 256  
251. 257  
252. 258  
253. 259  
254. 260  
255. 261  
256. 262  
257. 263  
258. 264  
259. 265  
260. 266  
261. 267  
262. 268  
263. 269  
264. 270  
265. 271  
266. 272  
267. 273  
268. 274  
269. 275  
270. 276  
271. 277  
272. 278  
273. 279



- 274. 280
- 275. 281
- 276. 282
- 277. 283
- 278. 284
- 279. 285
- 280. 286
- 281. 287
- 282. 288
- 283. 289
- 284. 290
- 285. 291

## *Lista de figuras e tabelas*

### **Figuras**

- 3.1. Janela de viabilidade
- 3.2. Ecossistema monetário
- 3.3. Colapso financeiro sistêmico
- 3.4. O efeito de diversas moedas complementares
- 3.5. Evolução histórica das gerações de moedas comunitárias
- 3.6. Mapa-múndi dos sistemas Lets
- 3.7. Tipologia de moedas segundo Kennedy e Lietaer
- 3.8. Mapa-múndi de sistemas de moedas complementares
- 3.9. Tipo de sistema de troca (distribuição relativa)
- 3.10. Instrumento de troca (distribuição relativa)
- 7.1. Estrutura das práticas econômicas alternativas mais difundidas na Catalunha em 2010-2011
- 7.2. Análise hierárquica de agrupamento
- 7.3. Análise de correspondência entre cinco agrupamentos de práticas e variáveis sociodemográficas: “educação”, “renda” e “estado civil”
- 7.4. Análise de correspondência entre cinco agrupamentos de práticas e atitudes: “opinião sobre o capitalismo” e “influência da crise”
- 7.5. Análise de correspondência entre cinco agrupamentos de práticas e atitudes: “opinião sobre o capitalismo” e “motivação para realizar a prática”
- 7.6. Análise de correspondência entre cinco agrupamentos de práticas e atitudes: “influência da crise” e “motivação para realizar a prática”
- 7.7. Análise de correspondência entre a combinação dos fatores sociodemográficos “renda” e “educação” e a combinação das atitudes “influência da crise” e “opinião sobre o capitalismo”
- 7.8. Análise de correspondência entre a combinação dos fatores sociodemográficos “renda” e “educação” e a combinação das atitudes “motivação para realizar a prática” e “opinião sobre o capitalismo”
- 7.9. Análise de correspondência entre a combinação dos fatores objetivos “renda” e “educação” e a atitude “motivação para realizar a prática”

## **Tabelas**

3.1. Resumo das estatísticas (1)

3.2. Resumo das estatísticas (2)

7.1. Tipologia de organizações e redes mais ativas envolvidas em práticas econômicas alternativas na Catalunha. Estimativa de organizações e pessoas participantes

7.2. Dados sobre uma amostra representativa da população de Barcelona que se envolveu em cada uma de várias práticas em algum momento de 2008

7.3. Agrupamento Economia de bens

7.4. Agrupamento Economia agrícola

7.5. Agrupamento Social relacional

7.6. Agrupamento Troca relacional

7.7. Agrupamento Não relacional

# Introdução

Manuel Castells

ESTE LIVRO NASCEU do desafio de repensar o significado de práticas econômicas na esteira da crise de 2008. Enquanto governos e elites financeiras reagiram ao quase colapso do capitalismo financeiro tentando restaurar o curso normal dos negócios, os danos humanos infligidos pela crise levaram ao questionamento do capitalismo irrestrito como algo incontrollável. Várias práticas econômicas surgiram em toda a Europa e nos Estados Unidos, encarnando valores alternativos: o valor da vida acima do valor do dinheiro; a efetividade da cooperação acima da competição implacável; a responsabilidade social das empresas e a regulação responsável por parte dos governos acima das estratégias financeiras de curto prazo, impulsionadas pela cobiça e não pelo lucro a longo prazo, que levou a economia como um todo à beira da catástrofe. Da Espanha à Grécia, dos Estados Unidos à Austrália e a muitos países para além da nossa observação direta, vimos florescer múltiplas experiências de inovação na organização do trabalho e da vida: cooperativas, redes de escambo, atividade bancária ética, moedas comunitárias, bancos de tempo, meios de pagamento alternativos etc., práticas que pavimentaram o caminho para uma economia compartilhada em rápido desenvolvimento em todos os domínios de atividades orientadas para a satisfação das necessidades humanas. Além disso, enquanto algumas dessas novas práticas econômicas parecem uma reação à incapacidade das operações econômicas convencionais de fornecer bens, serviços e crédito durante as crises, outras se tornam cada vez mais visíveis ao adotarmos um olhar mais amplo sobre a maneira como as transações econômicas evoluem em conjunto com a cultura, a tecnologia e as instituições numa sociedade em rápida transformação. Esse é o caso das criptomoedas, personificadas no bitcoin, que combinaram um espírito empreendedor libertário com tecnologia da informação a fim de fornecer uma alternativa para as formas padronizadas de moeda. Esse também é o caso, embora numa linha muito diferente, das formas de atividade bancária desenvolvidas para aqueles situados na base da pirâmide, que estão criando um submundo financeiro com regras e efeitos próprios – um submundo que só pode ser compreendido através dos métodos de observação participante que informam alguns dos trabalhos aqui apresentados.

Não obstante, não se trata de uma coleção de estudos de caso, pois ao longo de toda a nossa pesquisa colaborativa e neste livro há um tema comum que fornece o vínculo de nossa observação poliédrica. Há tantas práticas econômicas quantas

forem as culturas. Se as formas padronizadas de capitalismo parecem dar uniformidade às práticas econômicas, isso decorre somente da dominação cultural do capitalismo, das diferentes formas de capitalismo impostas por instituições cujas regras resultam de lutas de poder – sempre em fluxo – institucionalizadas na lei. Assim, sempre que as práticas econômicas padronizadas não se coadunam com as práticas das pessoas, seja porque as pessoas não podem praticá-las em situações de crise, seja porque elas questionam os valores encarnados no capitalismo financeiro, surgem práticas econômicas alternativas. Estas não são necessariamente anticapitalistas (o bitcoin não é), mas são diferentes do capitalismo corrente. Na origem dessa observação está o nosso enunciado comum. A economia não apenas *se relaciona* com a cultura: a economia é cultura. Examinando toda uma gama de práticas econômicas, algumas observadas diretamente, outras estudadas a partir de uma perspectiva cultural (como a economia feminista ou a ecológica), nós podemos entender a lógica da mudança social no coração do sistema econômico. Se economia é cultura e se culturas são diversas e amiúde contraditórias, essas práticas econômicas são igualmente relevantes e capazes de organizar o modo como as pessoas produzem, consomem, trocam, inovam, investem e vivem. Esse é o terreno que nós exploramos por três anos em nossa rede de pesquisa, nos deslocando livremente entre observação, análise quantitativa, teoria e prática. Este é o nosso projeto: revelar o alicerce cultural de todas as práticas econômicas, nos concentrando naquelas que, por serem “alternativas” (ao capitalismo financeiro contemporâneo), tornam mais visível o conteúdo cultural da sua lógica econômica. Nós construímos um argumento, não nos limitamos a coletar certo número de documentos de pesquisa e de elaborações teóricas. Nosso argumento é o seguinte: práticas econômicas são práticas humanas determinadas por seres humanos que encarnam seus modos de ser e pensar, seus interesses, valores e projetos. Não existe nenhuma lógica econômica abstrata, inevitável, fora da prática humana, uma lógica metafísica e a-histórica à qual os seres humanos devam se ajustar. Se o fazem, é porque são obrigados a isso ou induzidos à resignação. Quando não o são, eles redefinem os objetivos e os meios de suas práticas econômicas, assim como fazem em todas as demais dimensões de suas práticas. Não existe algo como uma economia não humana. Há, sim, uma economia desumana, porque às vezes ela beneficia determinados seres humanos que buscam se apropriar da humanidade como um todo para benefício próprio até que outros seres humanos pensem de modo diferente, ajam de modo diferente e acabem criando formas alternativas de produção, consumo e troca. Essa é a nossa história, a história deste livro, contado numa pluralidade de vozes, mas na harmonia de um propósito intelectual compartilhado.

*Paris, Barcelona, Nova York, Atenas,  
Parma, Boston, Melbourne, Los Angeles  
Janeiro de 2016*

# 1. Economia é cultura

Sarah Banet-Weiser e Manuel Castells

## O que é valor?

Como todas as atividades humanas, o que nós chamamos de “economia” é constituído por práticas humanas moldadas pelas instituições, estando práticas e instituições enraizadas em culturas específicas, conforme argumentam Douglass North, Elinor Ostrom e Viviane Zelizer, entre outros.<sup>1</sup>

Práticas econômicas dizem respeito a práticas de produção, consumo e troca. Mas de quê? A princípio, de “bens e serviços”. Mas a materialidade implícita nessa formulação é enganosa, a não ser que estendamos o significado de bens e serviços para todas as coisas. Pois produção, consumo e troca de conhecimento são centrais para qualquer sistema econômico, tal como a produção e o próprio consumo de cultura. Além disso, as economias contemporâneas se fundamentam na produção e troca de valor financeiro, um produto e fator de produção imaterial, mas também básico. Consequentemente, o objeto das práticas econômicas é a geração e apropriação de valor, qualquer que seja o suporte material do valor em cada prática específica. Isso nos leva à questão fundamental: o que é valor?

Uma distinção clássica na filosofia econômica diferencia valor de uso e valor de troca. Na verdade, as páginas de *O capital*, de Marx, começam com essa distinção e com uma elaboração abrangente sobre a relação entre elas.<sup>2</sup> O valor de uso de uma coisa é o que é útil para satisfazer necessidades e desejos humanos, e ele é efetivado pela utilização e o consumo. O valor de troca, na formulação de Marx, aparece como uma medida quantitativa de acordo com a qual os valores de uso de diferentes tipos são trocados. Essa relação de troca é constantemente modificada, conforme tempo e lugar. Entretanto, a conceituação de Marx se refere especificamente ao modo capitalista de produção, no qual a riqueza da sociedade depende da “imensa acumulação de mercadorias”. Tanto o valor de uso quanto o valor de troca existem como mercadorias; e, como as mercadorias são diferentes em qualidade, para serem trocadas elas precisam de um valor de troca que transforme diferentes valores de uso numa medida comum de valor. Por conseguinte, a diferença e a interação entre valor de uso e valor de troca são internas à lógica do modo capitalista de produção, e não, como frequentemente se pensa, uma oposição entre o que os seres humanos querem e apreciam e o

processo capitalista de mercantilização, medido em última análise pelo dinheiro como representação quantitativa do valor de troca.

O que os seres humanos querem e aquilo de que gostam, nas próprias palavras de Marx, só têm valor de uso se forem uma “coisa útil”. Se não forem, o trabalho incorporado na “coisa” foi desperdiçado, e portanto não criou valor. Quem, então, determina se algo é útil? Do ponto de vista capitalista, não há dúvida: para aumentar o valor de troca do produto, conforme determinado pelo mecanismo de quantificação do valor de troca, quem determina se algo é útil é o mercado, organizado em torno da interação entre oferta e procura como meio de alocação de recursos escassos para satisfazer necessidades e desejos em constante expansão. Assim, em última análise, o valor de troca determina o valor real do valor de uso. Porém, essa é uma lógica interna ao processo de acumulação de capital numa sociedade na qual toda a organização social, inclusive a cultura e as instituições, é estruturada em torno da lógica do capital. Entretanto, essa lógica não é uma característica imanente da natureza humana (tal como a compreende o essencialismo implícito da ideologia neoliberal),<sup>3</sup> mas resultado de uma estrutura social particular: o capitalismo em suas diferentes formas e etapas de existência histórica.

Por conseguinte, valor econômico é valor de troca, e o valor de troca é medido monetariamente pelo mercado. E a dominância do valor de troca como valor preponderante de todas as coisas é na verdade um traço institucional, derivado da dominância das instituições capitalistas sobre outras formações institucionais/culturais subordinadas ao poder do capitalismo.<sup>4</sup> Assim, em termos sociais mais amplos, o valor, em dado contexto social/institucional, é o que as instituições e normas dominantes decidem ser valioso. Visto que a economia global atual é capitalista, a acumulação de capital é o valor supremo, em termos econômicos, e deve traduzir-se na capacidade de comprar tudo com dinheiro, que é a expressão material do valor de troca numa sociedade plenamente mercantilizada.

Contudo, organização econômica não equivale a organização social, nem mesmo no capitalismo. Nós vivemos numa sociedade global em rede estruturada em torno de redes que seguem lógicas diferentes.<sup>5</sup> Cada uma dessas redes globais/locais tem seu próprio princípio de valoração. Assim, se considerarmos que o poder do Estado, apoiado por sua capacidade tecnológica e organizacional militar, é o valor supremo que organiza as sociedades, então o valor é o que incrementa esse poder em suas várias manifestações, como era o caso na União Soviética e ainda é, amplamente, na China. Se dissermos que, em última análise, o poder reside na mente humana, na medida em que os seres humanos são capazes de reverter a lógica das instituições através de suas ações conscientes, então os principais sistemas ideacionais são os detentores do poder simbólico – como é o



caso das instituições religiosas ou dos sistemas de comunicação de massa – e o valor será medido pela extensão e profundidade da adesão à lei de Deus (em sua diversidade) ou pela extensão e profundidade da influência dos sistemas de mídia na construção das representações da mente humana em contextos específicos.

Assim, a questão mais importante é a hierarquia relativa dessas redes globais entre si em cada contexto.<sup>6</sup> Claro, todas elas interagem, cada qual com seu princípio de valoração, mas há uma rede dominante? Uma metarrede que organiza o funcionamento das outras como manifestações específicas do princípio de criação de valor dessa rede? Seria ela a rede alfa da acumulação de capital, à qual todas as outras se reportam? Num sentido estrito, sim, mas isso só se todos nós vivêssemos numa sociedade capitalista, e não apenas numa economia capitalista. A observação empírica mostra que esse não é o caso. Os princípios do poder de Estado têm precedência sobre as considerações econômicas em caso de conflito militar ou de ameaças potenciais: a segurança nacional não tem preço. Assim, o valor é a segurança ou a vitória. Benefícios econômicos vêm em segundo lugar, não obstante sabermos de muitos exemplos em que guerras e conflitos são usados como meio adicional de acumulação de capital, embora não para o capital em geral, mas para os aliados corporativos do Estado. Isso é o que a mídia chama de capitalismo de compadrio, ou capitalismo clientelista, e os autores chamam de pilhagem política de recursos usando o poder do Estado, não a lógica de mercado. Além disso, o último século assistiu à formação de Estados comunistas e sociedades estatistas em grande parte do mundo. O valor fundamental para esses regimes foi a acumulação de poder do Estado, não de capital. A acumulação de capital era um meio de fornecer recursos para a imposição do poder do Estado, doméstica e internacionalmente. Isso é não só o passado (embora apoie nossa análise da formação de valor para além da lógica do capital, mesmo que no passado recente), mas também, em parte, o presente, no caso de algumas sociedades, em particular na China, a segunda maior economia do planeta.

O Estado chinês controla amplamente, possui e, em última análise, domina a economia do país. Embora o crescimento econômico e a acumulação de capital sejam um objetivo principal e, por isso, um valor-chave para a sociedade chinesa como um todo, o que é valioso para as instituições que modelam e controlam a vida chinesa é o poder do Partido Comunista. Na China, à diferença do que acontece nos Estados Unidos, o que é bom para a Huawei não é necessariamente bom para o país. Antes, o que é bom para o Estado comunista é bom para a Huawei (entre outras coisas, porque ela é propriedade do Estado). Os chineses operam simultaneamente com diferentes sistemas de valor: acumulação de capital na economia global; acumulação de poder do Estado nas instituições e organizações da China (inclusive organizações econômicas); e acumulação de poder simbólico,

através da legitimação cultural, no sistema de mídia controlado e no consumismo como norma diretora para a classe média urbana, politicamente decisiva.<sup>7</sup>

Quanto à religião, ela é a fonte mais importante de conflitos violentos no mundo atual. Impor sua religião, em múltiplas versões sectárias, é o valor mais essencial para inúmeras teocracias ou supostas teocracias em todo o mundo. A glória de Deus e o servir a Deus são os valores preponderantes para bilhões de seres humanos do planeta. A acumulação de capital é apenas um meio para ampliar e aprofundar o reino de Deus. O poder de Estado deve estar a serviço de Deus; caso contrário, o Estado é uma instituição herege que se pretende superior à lei de Deus. Este é o caso das teocracias islâmicas, mas também, historicamente, o dos países ocidentais: a conquista espanhola da América visava sobretudo a converter as almas perdidas dos nativos; o objetivo fundamental da Reforma da Igreja na Inglaterra, com o rei/rainha como chefe nominal, foi uma fusão de poderes decidida, em última análise, em favor do Estado. Em sociedades dominadas por valores religiosos, tanto por coerção como por persuasão, o valor é definido pela conformidade do comportamento à lei de Deus.

Portanto, visto que a criação de valor depende da hierarquia de poder entre as redes que organizam a vida humana, incluindo as atividades econômicas em termos estritos, valores e criação de valores são amplamente uma expressão de relações de poder.

Amplamente, mas não exclusivamente – é preciso dizer. Uma vez que, em toda rede ou dimensão da sociedade, o poder é contrariado pelo contrapoder, os princípios de criação de valor projetados pelas redes de contrapoder interagirão com aqueles impostos/propostos pelas instituições, o que pode resultar em valores diferentes como diretrizes do comportamento humano, inclusive das atividades econômicas.<sup>8</sup> Se considerarmos a economia como um conjunto de práticas organizadas em torno de processos de produção, consumo e troca com o propósito de gerar valor segundo certos critérios acerca do que é valioso, então o mercado e outras formas de instituição econômica não serão domínio exclusivo da acumulação de capital, mas sim a expressão de diferentes objetivos e projetos originários de seres humanos operando por si mesmos como sujeitos econômicos, embora às vezes negligenciando os valores propostos pelas instituições da sociedade. Esses contraprojetos podem ter origem em expressões coletivas de formas alternativas de valor ou de indivíduos autônomos organizando suas vidas e, conseqüentemente, suas práticas econômicas em torno dos seus próprios valores, fabricando assim seus procedimentos particulares de criação de valor. Nós ilustraremos nosso argumento estudando dois processos de criação de valor que não se ajustam às normas do capital e, todavia, têm imenso impacto na economia

informacional em rede na qual vivemos: a economia de código aberto e a ascensão da economia feminista.

Entretanto, antes de iniciar a análise de projetos alternativos de criação de valor, mostraremos como os valores capitalistas estão embutidos nas práticas sociais da instituição capitalista mais fundamental da nossa economia: os mercados financeiros. Argumentamos que as práticas financeiras também são culturalmente construídas, à medida que, com o passar do tempo, o capitalismo evolui. O capitalismo no século XXI caracteriza-se pela dominação do capitalismo financeiro global, levada a cabo pelas elites financeiras, cujo papel e cujas fundações culturais foram transformados na sociedade em rede sob o impulso de ideologias e da política neoliberal.<sup>9</sup>

### **A cultura dos capitalistas financeiros e das instituições financeiras**

Valores não existem em um vácuo social. Eles são decretados por indivíduos e estão enraizados em instituições. O capitalismo financeiro informacional global como uma forma específica de capitalismo foi modelado por uma cultura específica.<sup>10</sup> Essa cultura é sustentada por práticas financeiras porque isso convém aos interesses dos atores, as elites financeiras. Na verdade, a cultura financeira contemporânea pode ser prejudicial para os interesses “do sistema” como um todo, pois ela ameaça sua estabilidade. Contudo, as elites financeiras contemporâneas não podiam ser mais indiferentes ao quadro mais amplo, pois seu comportamento é guiado por ganhos pessoais com horizontes trimestrais para seus lucrativos dividendos.<sup>11</sup> Essa é exatamente a cultura específica à qual nos referimos, e essa é a cultura cujo conteúdo e formação iremos analisar aqui.

A cultura das elites financeiras contemporâneas é formada pela articulação de diferentes estratos culturais que, em sua costura histórica, produzem uma cultura financeira específica.

*O primeiro estrato é, historicamente, a ética protestante, segundo a análise clássica de Max Weber. Ela pode ser definida como a busca da salvação através da acumulação de riqueza via reinvestimento de lucros para aumentar os lucros: o valor ganho é usado para a produção de valor. Em termos da cultura dos atores, ela é caracterizada como um padrão de gratificação adiada. O objetivo principal não é consumir o rendimento do seu trabalho, mas obter sua recompensa na vida após a morte e na reprodução familiar da riqueza, transformando lucros em ativos que aumentam seu valor mais rapidamente que as rendas, porque partem de um nível mais elevado de acumulação.<sup>12</sup> Para essas elites, há pouco consumo hedonista: suas vidas tendem a ser relativamente austeras (pelo menos em comparação*

histórica com a nossa época). Lucrar é o valor supremo, tanto para a economia como um todo quanto para a salvação e a reputação pessoais.

*O segundo estrato é a cultura da liberdade baseada na suposição de que o mercado sabe o que faz, pois oferta e procura são construídas por decisões livres de investidores e consumidores, orientados por sua escolha racional em termos de interesse próprio. A “mão invisível” de Adam Smith é a principal condutora do mercado e, conseqüentemente, da economia capitalista. Essa é a doutrina cultural do liberalismo e do neoliberalismo.*<sup>13</sup> A cultura da liberdade surgiu historicamente como uma reação contra a arbitrariedade do poder do Estado e da teocracia.<sup>14</sup> Nesse contexto, o livre intercâmbio de valor econômico nivela as condições de competição e aloca recursos dependendo da oferta e da procura, e, como consequência, das expectativas de lucro. O mercado mais importante no capitalismo é o mercado financeiro. Defensores do liberalismo reconhecem a necessidade de regulação do mercado, inclusive do mercado financeiro, por parte do governo e das instituições. Realmente, Douglass North mostrou em sua análise clássica que as instituições são absolutamente necessárias para o mercado funcionar de modo adequado.<sup>15</sup> Entretanto, os órgãos regulatórios objetivam permitir que as escolhas racionais sejam processadas no mercado. Não obstante, valores e racionalidade não são a mesma coisa. A racionalidade é modelada no interior de um sistema de valores institucionalizado. O que é racional da perspectiva de um conjunto de valores pode não o ser do ponto de vista de outro. Por exemplo, a necessidade soberana de fornecimento de energia a preços mais baixos pode ser altamente benéfica para a economia, mesmo que propiciada pelas novas tecnologias de fraturamento hidráulico. Porém, se considerarmos a preservação do meio ambiente no sentido mais básico, o que parece uma decisão racional é, na verdade, uma decisão irracional, prejudicial. Baseando-se em hipóteses neoliberais, as elites financeiras acreditam que as intervenções governamentais distorcem os mercados, e que por isso as regulações devem se limitar à garantia de equidade nas regras do jogo, sem interpretar o conteúdo de valor dessas regras, de modo que seja soberana a submissão à maximização da taxa de lucro do investimento privado.

*O terceiro estrato cultural a fundamentar as culturas financeiras contemporâneas é o individualismo, definido como cultura na qual a unidade de referência para aferição do benefício de uma ação é o próprio indivíduo.*<sup>16</sup> A ênfase na identidade individual predispõe os operadores financeiros à conexão direta entre os projetos pessoais e o mercado, pois atuam no mercado voltados para o ganho pessoal com a prioridade de maximizar os lucros dos investidores, cujo capital eles representam. A prioridade dada ao ganho pessoal só é controlada pelo arcabouço regulatório e pela competição com outros operadores financeiros.

Todavia, é aqui que as políticas e as instituições importam. Observe-se que, sob condições de desregulamentação, a prioridade para o ganho individual decorrente da cultura do individualismo se traduz em práticas financeiras como: 1) definição do sucesso de um investimento numa operação financeira a partir de *resultados financeiros trimestrais*, o que em última análise leva o mercado como um todo a avaliar os resultados das corporações também em termos trimestrais, tendo em mente ganhos de curto prazo, indiferentemente às perspectivas de longo prazo para a solidez do investimento; 2) *remuneração dos operadores financeiros ligada em larga medida a bônus de desempenho*; esses bônus dependem de: a) avaliação de curto prazo pelo mercado dos produtos financeiros negociados; b) volume de transações – como o montante de lucro é mais importante que a taxa de lucro, isso aumenta o poder de mercado dos investidores que acumulam uma parcela maior de ativos.

*O quarto estrato da cultura financeira é a cultura de risco.*<sup>17</sup> Segundo os fundamentos tradicionais do capitalismo, a recompensa para as empresas e os indivíduos é igualmente justificada pela assunção do risco. A suposição é de que, se fracassarem em seus investimentos de risco, empresas e indivíduos terão perdido e se tornado responsáveis por suas perdas. Se ganharem, sua audácia é recompensada pelo mercado. Entretanto, as estratégias correntes das elites financeiras tendem a minimizar os riscos para os indivíduos dessas elites, através de vários mecanismos: 1) no plano individual, operadores financeiros fazem contratos que limitam sua responsabilidade legal, estipulando grandes indenizações (*golden parachutes*) em caso de perda de emprego e assegurando sua riqueza a longo prazo através de seus conhecimentos e contatos; 2) no âmbito institucional, essas elites contam com acordos governamentais de socorro financeiro em caso de crise – o chamado argumento do “grande demais para quebrar” –, ao mesmo tempo que ainda recebem seus bônus pessoais (garantidos por contrato) mesmo se a empresa vier a falir; 3) o grande volume de transações que eles desenvolvem, que é o mecanismo de contrarrisco mais importante para os operadores; em alguns casos, o investimento fracassa, em outros é lucrativo, mas em última análise são os clientes que perdem ou ganham. Os operadores, como intermediários protegidos por seus contratos e condições, ganham em (quase) todos os casos, pois sua remuneração é baseada no volume de sua atividade, acrescido de participação nos lucros que obtêm. Assim, na prática das finanças contemporâneas, *a cultura de risco se tornou um mito ideológico* que serve aos interesses próprios de práticas financeiras de motivação individualista. Isso está em claro contraste com as indústrias voltadas para a inovação, como as de tecnologia, em que os empreendedores arriscam seu capital e seu trabalho e dependem de seu desempenho,<sup>18</sup> confirmando os velhos medos de Joseph

Schumpeter<sup>19</sup> sobre o fim da cultura de risco, motor do empreendedorismo e inovação, sob as condições de corporatização oligopolista, típica da indústria financeira.

*O quinto estrato cultural que constitui a prática das elites financeiras é o patriarcalismo*, definido como a hipótese estrutural do poder sistêmico dos homens sobre as mulheres e seus filhos. É por isso que o patriarcalismo, como uma estrutura fundamental de todas as sociedades historicamente conhecidas, é transversal a toda e qualquer outra forma de organização social, incluindo a economia. O significado de patriarcalismo nesse contexto se refere a oportunidades desiguais para homens e mulheres na estrutura de gerenciamento das instituições financeiras centrais. Contudo, ainda mais importante é a preponderância de valores masculinos na prática de todos os membros da elite financeira, homens e mulheres igualmente. Esses valores incluem a rejeição de todo e qualquer critério para avaliar as práticas desse setor que não seja o melhor desempenho em termos de obtenção de lucros e maximização pessoal dos benefícios de qualquer transação, mesmo aquelas que não beneficiem os acionistas. Ganhar a qualquer custo, como na guerra ou na política, é o atributo fundamental da masculinidade ao longo da história, e isso se reflete nas práticas implacáveis das finanças, no princípio de “Ao vencedor, tudo”, na exaltação da assunção extrema de risco e na capacidade de ser ousado contra todas as probabilidades, mesmo que isso coloque em perigo a estabilidade da economia e a preservação dos ativos confiados aos gestores financeiros. Além disso, a estrutura de masculinidade, ou de valores masculinos, que modela a cultura financeira atua para desprestigiar quaisquer outros valores – emocionais, afetivos, reprodutivos –, que são modificados para, na verdade, sustentar os valores masculinos. Assim, há um duplo movimento em operação aqui: valores masculinos dominam a cultura financeira até o ponto em que nenhum outro valor é visto como legítimo; contudo, são precisamente esses outros valores que conferem aos valores masculinos a sua dominância. Uma presença esmagadoramente masculina nos círculos mais altos das finanças caracterizou a indústria nos estágios iniciais do capitalismo. Não obstante, no capitalismo neoliberal, a masculinidade como conjunto específico de valores é mais decisiva que a simetria de gênero no cume das finanças, na medida em que a velocidade e a complexidade das transações globais exigem uma determinação unidimensional para vencer a competição, independentemente de consequências mais amplas potencialmente prejudiciais. A cultura machista de magos das finanças jovens e temerários tem suas raízes na história da violência associada ao culto da masculinidade. Ela se manifesta nas bravatas dos novos empreendedores financeiros, como os diretores de vinte e poucos anos que

conceberam os Credit Default Swaps, contratos derivativos de crédito (CDSs), durante um encontro de fim de semana em Atlantic City.

Nossa hipótese é de que os estratos culturais descritos formam, em sua interação e articulação, o núcleo da cultura que levou ao triunfo do capitalismo financeiro global e, em última análise, à sua crise, em 2008.

*Há uma continuidade entre as elites financeiras tradicionais e as contemporâneas numa atitude fundamental diante das instituições da sociedade. Elas abominam os sindicatos.* Não se trata apenas de uma questão de ideologia de classe. Isso vem da convicção profunda de que qualquer controle ou limitação à sua liberdade de tomar decisões numa indústria ultracompetitiva e complexa pode levá-las a serem superadas por outras empresas e indivíduos. Elas prefeririam pagar mais aos seus empregados a permitir que se sindicalizem. Na verdade, na maioria dos países, a indústria financeira ostenta, em geral, as menores taxas de sindicalização entre as indústrias.

*A atitude da indústria financeira em relação aos governos é mais complexa. Corporações e indivíduos se opõem às interferências dos governos, mas reconhecem a necessidade de algum tipo de regulação e contam, em último recurso, com os governos como seu fiador.* Em consequência, na prática, eles tendem a comprar políticos e a colocar seus representantes nos escalões mais altos do governo, assegurando que seus interesses estejam bem servidos. Assim é nos Estados Unidos, onde os executivos de Wall Street tradicionalmente têm servido em gabinetes da Casa Branca para ambos os partidos. No mundo em geral, observamos no século XXI o crescimento da influência das elites financeiras em governos e instituições políticas, conforme ficou demonstrado no gerenciamento da crise financeira de 2008, com transferências maciças de recursos dos contribuintes para as instituições financeiras, a fim de socorrê-las sem exigir responsabilidade individual ou empresarial.<sup>20</sup> Em termos culturais, a atitude prevalecente das elites financeiras é o sentimento profundo de que elas são indispensáveis e de que os governos, todos os governos, devem trabalhar para elas e por meio delas na economia global construída em torno de mercados financeiros interdependentes. Arrogância e autoconfiança, juntamente com um desdém pouco velado pelos políticos, caracterizam essas novas elites.

*São as elites financeiras cidadãos do mundo?* Sim e não. Sim, no sentido de que se sentem pertencentes a uma classe especial de cosmopolitas. Operam sob regras semelhantes num sistema financeiro interdependente, com tecnologias, técnicas de gestão e estratégias parecidas. Sua indústria é amplamente global, e, nessa medida, elas também o são. Elas vivem e trabalham em redes globais de cooperação e competição. Além disso, têm amiúde certa coesão ao frequentar instituições educacionais similares ao redor do mundo: faculdades de negócios, direito e

engenharia das melhores universidades privadas do mundo (elas e também seus filhos). E socializam em clubes e ambientes privados semelhantes, frequentando salões exclusivos em que confraternizam com elites não financeiras (políticas, midiáticas, acadêmicas) em espaços como o Fórum Econômico de Davos, o Bilderberg Group, com base na Holanda, ou o Bohemian Grove, na Califórnia. Portanto, sim, existe uma cultura cosmopolita das elites financeiras globais que é crucial para a administração da economia do planeta segundo os próprios interesses dessas elites.

Por outro lado, a elite financeira é de fato plural e vive na diversidade das suas origens culturais/nacionais (anglo-saxônica, japonesa, árabe, judaica, chinesa, russa, francesa, alemã, latino-americana etc.), com normas e códigos de conduta específicos, referências específicas às suas tradições culturais e religiosas e referências às suas instituições próprias. Simplificando a questão, podemos dizer que *elas são culturalmente diversas, mas sua rede tem uma identidade global cosmopolita compartilhada.*

Por conseguinte, existe um novo tipo de elite financeira cuja cultura e cujo comportamento internalizaram as normas e estruturas da sociedade em rede e da economia global em rede.<sup>21</sup> Operadores financeiros podem ter valores pessoais acerca de ética, profissionalismo e serviço. Porém os operadores que o novo sistema financeiro requer são, em termos genéricos, atores econômicos incorpóreos que isolam crescentemente os mercados financeiros globais, e também a si mesmos, da condição humana em toda a sua multidimensionalidade.<sup>22</sup> Eles se tornam suportes materiais de mercados de capitais abstratos, operando com modelos de simulação criados com as intuições e os instintos de suas mentes febris.

## **A paixão por criar e o valor da criatividade**

Toda transformação tecnoeconômica significativa na história foi associada a, se não induzida por, um fundamento cultural específico. Esse foi o caso da ética protestante como espírito do capitalismo, na formulação de Max Weber. A ascensão de uma economia em rede, correlativa ao paradigma tecnológico do informacionalismo enraizado na revolução das tecnologias de informação, portanto, deve ter tido suporte de uma nova formação cultural. Qual é essa formação? Pekka Himanen sugeriu uma hipótese esclarecedora em seu livro *A ética dos hackers e o espírito da era da informação*, de 2002. Nós sabemos que os hackers não são gênios do mal, apesar da confusão que a mídia faz entre inovadores tecnológicos e mentes destrutivas. Hackers, no conceito original emergido do Laboratório de Inteligência Artificial do MIT, são apenas indivíduos



tecnicamente capazes que trabalham de maneira obstinada (*hack*), movidos por sua paixão de criar tecnologias novas e audaciosas, que abrem avenidas de pensamento e ação no contexto de uma das mais extraordinárias revoluções tecnológicas da história. Baseado na história da descoberta da cultura digital, e nas biografias dos seus principais atores, o conceito de Himanen se refere ao valor supremo adotado por esses hackers: a questão não é ganhar dinheiro, poder ou fama, mas a percepção de se criar excelência tecnológica, a compreensão e a modelagem de um novo mundo em criação, a determinação firme de criação, perseverando em seu próprio caminho e só reconhecendo seus pares e a autoridade da sua comunidade de excelência. Esses indivíduos, cada um deles e suas comunidades de referência, de fato mudaram o mundo, pois, sem sua paixão de criar e sua disposição para compartilhar suas descobertas imediata e abertamente sem direitos autorais, as corporações tradicionais que estavam se apropriando da e protelando a revolução tecnológica teriam desperdiçado sua produção potencial. Os protocolos de internet TCP/IP, que criaram a mais poderosa rede de comunicação horizontal da história, foram desenhados por Vint Cerf e Robert Kahn em 1973-75, e imediatamente postados na internet. Tim Berners-Lee criou a World Wide Web em seu tempo livre após o trabalho e postou o programa servidor na internet em 1990, para todos usarem e aperfeiçoarem. Os sistemas de e-mail, as listas de e-mail, GNU, Linux e Apache estavam entre os muitos programas gratuitos e abertos que propiciaram a base técnica para a disseminação rápida das redes de comunicação digital em todo o planeta, alcançando 7 bilhões de usuários de comunicação móvel; no momento em que escrevemos, mais de 50% da população adulta do planeta usa smartphones. A maior parte das descobertas da era digital, que criaram a economia da informação e estimularam a produtividade, assim criando riqueza, foi proposta e promovida pela cultura e a prática do código aberto, particularmente na tecnologia-chave, os programas de computador, o DNA da revolução tecnológica. O código aberto se esteia no princípio da revelação gratuita do núcleo (ou código alfa) de todo programa novo, com o propósito de aprimorá-lo através do trabalho de uma rede cooperativa de pares.

Como Steve Weber documentou em seu livro seminal sobre código aberto, a comunidade é estruturada numa hierarquia meritocrática baseada na reciprocidade e motivada pela recompensa de uma reputação melhor entre os pares.<sup>23</sup> Na verdade, isso não é muito diferente das verdadeiras comunidades de pesquisa acadêmica, que prosperam na pesquisa científica e frequentemente são corrompidas e até destruídas quando a busca de ganhos monetários prevalece sobre o processo de descoberta. A cultura livre (nos termos de Larry Lessing), o ímpeto de criar e a afirmação do valor da excelência tecnológica são as pedras

fundamentais da onda de inovação que transformou o mundo nas últimas quatro décadas.<sup>24</sup>

Isso não significa negar que um mundo inteiramente novo de negócios tenha surgido dessa revolução impelida pela paixão da descoberta, inclusive algumas das empresas mais valiosas do mundo atual. Na verdade, uma acumulação de capital em escala gigantesca resultou da safra de inovações. E esta é precisamente a questão. O valor da criação pela criação, da busca sem fins lucrativos, foi o motor da geração de valor de capital na economia da informação. No processo da gênese de uma nova economia, muitos dos atores se tornaram bilionários instantâneos. Não obstante, as rodas motrizes de valor dessa economia são principalmente culturais e psicológicas, e não a busca de lucro, exceto em alguns poucos casos significativos, em particular a Microsoft de Bill Gates.

As lições da revolução tecnológica podem ser generalizadas para o conceito mais amplo de criatividade como elemento indutor basilar da economia digital em curso. A criatividade e sua derivada, a inovação, são fatores-chave da criação de riqueza na economia digital e da criação de significado na cultura digital. Porém, a criatividade e a inovação emergem da cultura da criatividade, não do valor antecipado de acumulação de capital. Em todos os campos, elas só produzem valor agregado extraordinário se seus produtos estiverem em rede numa lógica de código aberto, na qual a interação em rede aumenta a sinergia e, em última análise, seu valor, de qualquer maneira que ele seja medido.

Permitam-nos formular o argumento de forma sistemática.

Em nome da clareza, comecemos pela definição precisa de criatividade e inovação. Nós compreendemos *criatividade* como a capacidade de criar, que é produzir um novo conhecimento ou um novo significado. A novidade não deve ser considerada do ponto de vista do sujeito (isto é, o que é novo para mim), mas em comparação com o estoque de produtos científicos e culturais existentes em determinada sociedade. *Inovação* é o processo mediante o qual, com base na criatividade, novo valor é adicionado a um produto (bem ou serviço) ou a um processo de produção ou distribuição de um produto. Valor pode ser valor de troca (isto é, dinheiro) ou valor de uso (algo útil para a sociedade, para algumas instituições, para alguma organização, para o indivíduo ou para uma coletividade de indivíduos).

*Criatividade e inovação* envolvem, ambas, claro, um processo mental, portanto um processo de ativação da mente e do cérebro. Esse processo mental, porém, embora esteja enraizado em nosso circuito biológico, se desenvolve em interação com o contexto social, a saber: o contexto cultural (valores e crenças), o contexto espaçotemporal (formas materiais de espaço e tempo, inclusive o ambiente

natural, que organizam e estruturam a interação social) e o contexto institucional (instituições políticas, ambiente legal). Além disso, qualquer processo mental se torna um processo social ao cruzar as fronteiras biológicas do indivíduo que hospeda o cérebro criador. *Essa travessia de fronteira é o que nós chamamos de comunicação.* Consequentemente, a comunicação é a pedra fundamental da vida social e, portanto, da vida humana, haja vista que a vida humana é social, assim como a consciência, nosso traço distintivo, se fundamenta na comunicação. *A comunicação constrói a cultura,* que é o conjunto de valores e crenças que informam o comportamento, tal como são consagrados, sempre de maneira conflitiva, nas instituições da sociedade. Os processos de comunicação dependem das características do emissor e do receptor, do contexto e, não menos importante, da tecnologia de comunicação, isto é, o procedimento material através do qual os sinais são produzidos, transmitidos, recebidos e interpretados. Há diversas formas de cultura que dependem de tecnologias de comunicação diversas, embora as formas precisas de interação entre cultura e tecnologia da comunicação devam ser estabelecidas por pesquisa, e não afirmadas por pretensões especulativas. Porém, nós sabemos que *vivemos numa cultura digital global* que está inextricavelmente articulada com uma economia digital global.

Assim, o processo de produção de conhecimento e significado na nossa época, isto é, *o processo de criatividade e sua derivada, a inovação, são especificados por sua forma de comunicação, qual seja a comunicação baseada na microeletrônica, digitalmente formatada e transmitida, construída em torno de redes e bases de dados de computadores telecomunicados.* A comunicação via internet e a comunicação sem fio estão no cerne desse ambiente digital de produção de conhecimento e significado.

A criação e a comunicação culturais foram profundamente transformadas pela digitalização de produtos e processos.<sup>25</sup> O desenvolvimento da Web 2.0 e da Web 3.0 transformou a internet, aumentando o papel dos usuários como produtores tanto de conteúdo como de aplicações. Novos modelos de negócio estão redefinindo os direitos de propriedade intelectual em conformidade com a evolução tecnológica. Assim, a tradicional divisão entre cultura popular, alta cultura e cultura comercial é cada vez menos clara (embora essa indistinção não ocorra somente por causa das mudanças tecnológicas). Daí a expansão do escopo da criatividade e o potencial de os processos criativos migrarem dos domínios onde nasceram para outros campos de aplicação. Por exemplo, a criatividade em software social pode estimular a criatividade artística em design ou música. Ou, então, imaginar formas virtuais de organização social pode gerar experimentos de inovação de negócios ou de aprendizado de processos, incluindo uma transformação do sistema educacional. Além disso, milhares de pessoas em todo o

mundo já estão fazendo experiências com a hibridização entre processos virtuais e não virtuais, e com a fertilização cruzada desses experimentos entre diferentes domínios de atividade humana. A chave é a interação entre diversas áreas de aplicação dessas práticas criativas, isto é, videogames e aprendizado, arte colaborativa on-line, novas formas do que Manuel Castells chamou de autocomunicação de massa,<sup>26</sup> novos modelos de negócio para produção e consumo gratuitos de conteúdos e novos modos de intervenção do cidadão na organização política da sociedade. Há múltiplas formas de iniciativas criativas que se beneficiam das possibilidades oferecidas pelos novos softwares sociais e pelas redes digitais de comunicação. A nova fronteira da pesquisa de criatividade parece estar explorando os rios de criatividade que hoje fluem na internet para reconstruir tanto nossas teorias sobre o processo de criação humana quanto nossas práticas de inovação organizacional.

Embora a criatividade sempre tenha estado na origem das práticas econômicas e das práticas culturais humanas, há processos específicos na cultura digital que transformam a indução e os efeitos da criatividade, incluindo:

1. a capacidade de comunicar, misturar e combinar qualquer produto de qualquer tipo com base numa linguagem digital comum;
2. a capacidade de comunicar do local para o global e do global para o local em tempo real ou em tempo escolhido;
3. a multimodalidade da comunicação;
4. a interconexão de todos os bancos de dados digitalizados, criando, finalmente, o hipertexto e realizando o Projeto Xanadu sonhado por Ted Nelson;
5. a capacidade de reconfigurar todas as configurações, produzindo um novo significado a partir de multicamadas propositivas;
6. a constituição gradual de uma mente coletiva através da interconexão em rede, de modo interativo, de um número incontável de cérebros;
7. a geração multicamadas de inovação em todos os domínios, inclusive a atividade econômica, entrelaçando assim a economia criativa e inovativa com a cultura da criatividade e da inovação.

Resulta que, na cultura digital, *a criatividade não é o momento excepcional de uma descoberta mental excepcional, mas um modo de vida*. Não se trata do futuro. Essa é a prática corrente de milhões de pessoas. Inclui estratégias de sobrevivência (recorrer a “chamadas perdidas” de celular para fazer o outro retornar a ligação e, assim, se comunicar sem pagar); o copiar-colar-inserir dos estudantes em todo o mundo; instrumentos sintéticos e derivativos constantemente reinventados nos mercados financeiros; a cultura remix na

produção musical. Contudo, num contexto de reconfiguração à velocidade da luz, levado a cabo por milhões de mentes num fluxo inexorável de comunicações de todos os tipos de produtos culturais e de economias de todas as partes do planeta, *a produção de novo conhecimento e de novo significado vai além dos criadores, deslocando-se para redes de criação*. Como a inovação depende em última instância da capacidade de canalizar a criação para dentro de cada área específica de atividade, a transformação da criatividade na cultura digital prenuncia um novo processo de criação e destruição de riqueza, assim como novas formas de expressar e sentir a experiência humana. Nesse sentido, a economia digital é mais que nunca uma economia produzida culturalmente.

No entanto, a promessa de uma economia impulsionada por criatividade e inovação é dificultada por um obstáculo fundamental: o sexismo. É verdadeiramente extraordinário observar a raridade da presença de mulheres nas tribos de hackers, entre os criadores de tecnologias da informação e comunicação, ou entre os engenheiros mais inovadores no Vale do Silício.<sup>27</sup> Isso acontece a despeito de, em termos de usuários, as mulheres serem maioria nas redes sociais. Elas são usuárias, mas não produtoras de tecnologias em rede. As barreiras de gênero para o ingresso no terreno da inovação num campo tecnológico decisivo restringem gravemente o potencial de inovação de indústrias e países. As mulheres podem ser a metade da população humana, mas ocupam um espaço muito diminuto nos setores avançados de pesquisa e desenvolvimento eletrônicos. A masculinidade estrutura a cultura da criatividade de forma muito parecida com aquela através da qual estrutura a cultura financeira, com entrada restritiva, desvalorização do trabalho reprodutivo e privilegiando um tipo de tecnologia que tem historicamente excluído as mulheres.

O estudo de Cecilia Castaño, na Espanha e na Europa, propôs várias hipóteses para explicar a estrutura masculinista da cultura criativa.<sup>28</sup> Entre elas: o viés sexista das faculdades de engenharia e do exercício da profissão em geral, herdado da tradição de elitismo tecnológico amiúde perpetuada pelas organizações profissionais, pelo menos no contexto europeu; a hierarquia dominada por homens nas empresas de tecnologia, particularmente nas telecomunicações, que é a matriz da indústria eletrônica em vários países europeus; o sexismo no ensino médio, visto que as mulheres na escola têm sido historicamente desestimuladas a estudar matemática, sendo orientadas para as ciências humanas por seus professores e professoras, segundo a divisão de gênero do trabalho intelectual na maioria das sociedades. Além disso, a maior parte das comunidades de hackers foi formada por pequenos círculos de jovens especialistas entusiastas, muitas vezes nos termos do padrão de criação de vínculos entre rapazes, lógica que não apenas exclui deliberadamente as mulheres mas também as desvaloriza e diminui. Assim,

embora exista certo número de exemplos de mulheres notáveis na inovação tecnológica e na indústria eletrônica, as barreiras que as mulheres têm de enfrentar para entrar no mundo da excelência tecnológica parecem maiores do que na maioria dos campos (em contraste, por exemplo, com a pesquisa médica).<sup>29</sup> O predomínio de valores masculinos nas indústrias eletrônicas tem consequências sérias para as características dos processos e produtos nelas projetados; por exemplo, a esmagadora proporção de jogos masculinistas violentos na importante indústria dos videogames; ou a gama estreita, até muito recentemente, de aplicativos desenvolvidos no campo educacional. Quanto a este último aspecto, na esteira da crise de 2008 as tecnologias da informação para educação foram um motor da nova onda de inovação do Vale do Silício. E um número sem precedentes de mulheres foi recrutado para trabalhar nesses produtos – outro exemplo da persistência de uma divisão de gênero no trabalho, exemplificada no fato de as mulheres tenderem a representar a ampla maioria dos professores nos ensinos fundamental e médio.

Além disso, a transformação da criatividade e da inovação na cultura e na economia digitais *é restringida e contrariada pelas instituições de produção, consumo e troca culturais resultantes da domesticação e comercialização da criatividade e da inovação na era industrial e no capitalismo financeiro*. Portanto, em vez de assistirmos ao triunfo da nossa mente coletiva como criadores, hoje sofremos as consequências da gaiola de ferro na qual nos trancafiamos diante da vertigem de nossa própria liberdade.

É por isso que a transformação de valor, em práticas econômicas e em práticas sociais em geral, exige mais que a projeção da paixão de indivíduos autônomos, geralmente jovens e do sexo masculino. O valor de transformação só pode resultar da ascensão de novos valores na condição humana, incluindo a desmasculinização da condição humana; e da revalorização das necessidades das mulheres, de modo que elas tenham o mesmo status que os homens. Como a transformação mais fundamental dessa condição humana vem do questionamento feminista da estrutura patriarcal milenar, é nossa opinião que as sementes para uma redefinição de valor, incluindo o valor econômico, no sentido da importância da pessoa, estão sendo plantadas na cultura feminista. A economia feminista pode ser a precursora de uma nova cultura econômica e, assim, de uma nova economia.

## **Economia feminista**

Está claro que tanto a cultura financeira quanto a cultura criativa foram moldadas e estruturadas por valores masculinistas e patriarcais. Como podemos reler a economia a partir de uma perspectiva feminista? Nós começamos este artigo com

uma análise sobre valor. Como destacamos, o valor é determinado por relações, instituições e normas sociais dominantes, que definem o que será valioso e o que não o será. Num mundo estruturado pelo patriarcado, as instituições sociais e as normas dominantes são veementes ao decidir que tipo de valor as relações e práticas de gênero terão.

Como meio de contemplar as disparidades econômicas estruturais, relacionadas ao gênero, a economia feminista não só examina os papéis de gênero no seio de diferentes economias, mas também critica vieses de gênero na ciência econômica. Acima de tudo, a economia feminista busca tornar as mulheres mais visíveis no âmbito da economia, assim como revalorizá-las como atrizes-chave em toda a economia, mesmo que seu trabalho não seja reconhecido como tal pela ciência econômica tradicional (incluindo a teoria marxista).

Em outras palavras, pensar o feminismo a partir de um ponto de vista econômico, ou a economia de um ponto de vista feminista, não indica apenas um exame dos papéis de gênero na economia, como economistas convencionais poderiam estudar a questão. Na verdade, num contexto capitalista neoliberal, pensar sobre o feminismo em termos econômicos tem frequentemente significado uma prática mais popular – como as mulheres podem entrar na força de trabalho capitalista – do que repensar culturas econômicas a partir da perspectiva *feminista*. A diferença entre essas duas abordagens é crucial: no primeiro caso, não há crítica ao capitalismo, mas, antes, somente uma inserção de mulheres e papéis de gênero num arcabouço material já estabelecido – estrutura que dá continuidade ao trabalho do capitalismo e ao modo como ele é projetado para criar e manter as desigualdades.<sup>30</sup> No segundo caso, o projeto é reimaginar e repensar o que é possível em culturas econômicas, possibilidades que incluam revalorizar as mulheres e pensar novas maneiras de como relações de gênero mais equitativas poderiam ser parte da cultura econômica.

Voltemos nossa atenção para o primeiro caso de feminismo e economia, o que chamamos de feminismo popular.

### *Feminismo popular*

Para o feminismo popular, tornar-se *popular* significou, entre outras coisas, algo que parece familiar: mercantilização e construção de uma marca para um movimento. Como escreveu Sarah Banet-Weiser,<sup>31</sup> embora associemos as marcas principalmente com sua visibilidade material (e audibilidade), através de símbolos, logotipos, jingles, sons e designs, a definição da marca excede sua materialidade. Mais do que apenas um objeto em si mesmo, a marca é uma percepção, uma série

de imagens, temas, máximas, valores, sentimentos e autenticidade invocados por ela, a essência do que será experimentado, uma promessa.

Assim, não é de todo surpreendente que movimentos políticos, bem como identidades políticas, tenham sido reimaginados como marcas registradas dentro de um contexto geral de capitalismo neoliberal e cultura financeira. O WikiLeaks virou uma marca, assim como o Occupy Wall Street. No século XXI, porém, o feminismo foi uma das marcas políticas mais bem-sucedidas, por uma série de razões. Essa marca se expressa de diversas formas, desde a circulação na mídia popular até o apoio de celebridades ao aumento de visibilidade da liderança feminina.

Como construir a marca não é apenas um processo econômico, mas também uma dinâmica cultural, a marca do feminismo assume uma variedade de formas. Por exemplo, em março de 2013 o agora tão célebre quanto infame *Faça acontecer: mulheres, trabalho e a vontade de liderar*, de Sheryl Sandberg, chegou às prateleiras e gerou imediatamente um frenesi na mídia. Nesse livro, parece que a aspiração de contribuir para o capitalismo e, claro, de excelência capitalista são realmente a questão para as mulheres, e também a melhor explicação para a maior parte dos dados sobre discrepância de salário e de função.

Empreendedorismo e realização capitalista são nesse caso as únicas rotas para a identidade política feminista. O que vemos nesse caso, e repetidamente na posicionalidade feminista que Sheryl Sandberg e seus fãs constroem, é a fusão da política feminista com a ética de produção e participação capitalista. Eis, para ela, o exemplo ilustre do que a subjetividade feminista poderia significar; nada mais existe. Para Sandberg, não há outras rotas para a expressão feminista; as opções são carreira ou inautenticidade feminista. E nós somos lembrados disso frequentemente ao longo do livro, que tem traços autobiográficos. O feminismo, ao que parece, não está em parte alguma se não estiver em fazer o sucesso capitalista acontecer.

Também houve esforços mais convencionais para reformular a marca do feminismo, usando as plataformas de propaganda e marketing para divulgá-lo como uma marca na cultura mais ampla. O século XXI testemunhou muitos esforços de marketing usando o feminismo como veículo para vender produtos. Por exemplo, como escreveu Sarah Banet-Weiser, o sabonete Dove (Unilever) é uma das marcas mais famosas de beleza e higiene feminina.<sup>32</sup> Em 2005, a marca lançou a “Campanha Dove pela Real Beleza”, definida como “um esforço global planejado para servir como ponto de partida de mudanças sociais e atuar como catalisador para a ampliação da definição e do debate sobre a beleza”.<sup>33</sup> A campanha usou anúncios em cartazes de rua, propaganda e vídeos convidando os consumidores a repensar as noções dominantes de beleza feminina e de corpo



feminino. Lançando mão da retórica politizada da mercadoria feminismo, a Campanha Dove pela Real Beleza convoca os consumidores a atuarem politicamente em seu comportamento de consumidores – nesse caso, estabelecendo uma espécie de lealdade à marca Dove e, com efeito, construindo uma marca para uma versão de feminismo.

Essa visibilidade do feminismo como marca lança no ar uma agitação entusiástica quanto ao feminismo no momento contemporâneo. Essa agitação vive em hashtags, em autobiografias best-seller e na imprensa popular; no Tumblr e em blogs populares; bradada em camisetas e encarnada em estrelas pop. Beyoncé comprou a briga e vestiu a camisa no Video Music Awards de 2014; já antes dela, porém, houve uma multidão de iniciativas empresariais de feminismo “empoderado”: Verizon, Always, Cover Girl e, depois, outras organizações empoderadoras com foco em moças nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática (Stem, na sigla em inglês), como BlackGirlsCode e GirlsCode. Hoje, afirmações e análises “feministas” populares circulam dentro e entre múltiplas plataformas de mídia, com facilidade e com frequência, criando um cenário frenético de discurso feminista e também fincando esse discurso dentro dos contornos de uma cultura de marca. Com efeito, em 2014 a *Time Magazine* elencou a palavra “feminismo” como um clichê, esquecendo-se de que o feminismo é um movimento complexo.

Além desses esforços para relançar o feminismo como um tipo de marca que encontra expressão na cultura de varejo e de celebridades, também há esforços literais de reconstrução como marca. Em 2013, a revista de moda *Elle* do Reino Unido contratou três agências de publicidade – Brave, Mother e W&K – para retrabalhar o feminismo como marca. Segundo a revista, eles convidaram “três grupos feministas para trabalhar com três agências de publicidade premiadas a fim de reconstruir a marca de um termo que muita gente sente que ficou sobrecarregado de complicações e negatividade”.<sup>34</sup> A *Elle* tenta fazer o que os criadores de marca mais famosos fazem: tirar a “negatividade” e as complexidades associadas ao feminismo, pasteurizar inconsistências e produzir uma narrativa sem emendas nem costuras, coerente e reconhecível, capaz de definir o feminismo para todos. De fato, a busca por reinar no feminismo popular e por criá-lo como uma marca coerente tem sido difícil, não apenas pela abundância de informações, mas também porque há tantas sobreposições e convergências quantas forem a contradições. Como indicou Lucy Mangan, do *Guardian*, em sua crítica ao esforço da *Elle* para recriação da marca, “o feminismo não precisa de reformulação de marca. Ele só precisa superar o instinto de agradar da maioria dos seus membros e se concentrar em umas poucas questões centrais, e aí cair de porrada em cima de tudo e de todos até que essas questões estejam satisfatoriamente resolvidas”.<sup>35</sup>

Essa noção de “agradar às pessoas” está no coração da ideia do feminismo como marca; à semelhança de outros esforços comerciais, o truque para construir a marca é não alienar as suas clientelas potenciais.

Claro, o problema é que o feminismo é alienante para algumas clientelas, e por boas razões. Embora não haja uma definição única de feminismo, tipicamente há um objetivo compartilhado de criticar e desafiar as estruturas patriarcais. Como tanto do mundo é construído sobre essas estruturas e depende de sua manutenção, o feminismo precisa ser *de facto* alienante. Fazer do feminismo uma marca, portanto, *não* é uma prática econômica alternativa, antes trabalha justamente a serviço da cultura financeira dominante, reforçando práticas e processos econômicos dominantes, reificando o feminismo como um produto. Para retomarmos a questão do valor, o valor do feminismo como marca é medido em termos econômicos. Se o valor econômico é o valor de troca, e assim é medido pelo mercado, então nós temos de considerar o mercado do feminismo. Se a compreensão dominante do mercado é derivada da dominância de instituições capitalistas, isso significa que outras formações institucionais-culturais estão subordinadas ao poder do capitalismo. Como argumentamos, esse poder não é totalizante; há rasgos e costuras no tecido do capitalismo, e a organização do capitalismo como instituição dominante não eclipsa totalmente a organização cultural e política.

Assim, como entender as diferenças e semelhanças entre os feminismos como marca, ou o que Roxane Gay chama de “o sabor feminista da semana na mídia popular”, e os feminismos que reconhecem interseções e contradições, e também insistem numa crítica estrutural do patriarcado e da discriminação de gênero? Esse é o contexto no qual nós nos esquecemos “da diferença entre feminismo e Feministas Profissionais”, como nos lembra Gay.<sup>36</sup>

Nós temos de pensar mais cuidadosamente sobre essa diferença, em especial no contexto de práticas econômicas alternativas. Algumas interações e práticas do feminismo são alternativas, mas elas competem com as práticas de “feminismo profissional”, que vêm a ser o que as instituições dominantes decidem que tem valor contemporaneamente.

Em vez de valorizar a reificação, ou a mercantilização, do feminismo, e se retirássemos nossa atenção do produto e a reorientássemos para a prática? Que cara tem uma prática econômica feminista alternativa?

### *Valorizando o cuidado*

Engajar-se em práticas econômicas feministas alternativas significa re teorizar ativamente o capitalismo e recuperar a economia como um campo que pode ser

vibrante e produtivo para o ativismo da economia alternativa. As crescentes mediação e circulação do “feminismo neoliberal” não são, mais uma vez, uma prática econômica alternativa. Embora seja preciso lidar com a espinhosa questão das maneiras pelas quais o feminismo popular ou como marca atrai a atenção para a discriminação de gênero e as práticas de gênero, e como, assim, ele pode potencialmente fornecer um espaço para se repensar a política feminista no momento atual, ele não questiona as práticas e os conceitos normativos da economia capitalista neoliberal.

O feminismo como marca e/ou popular é produzido e enunciado dentro do que J.K. Gibson-Graham chama de “pensamento essencialista e abstrato sobre a economia”.<sup>37</sup> Para haver uma economia feminista verdadeiramente alternativa, temos de questionar as convenções e suposições sobre o capitalismo e desafiá-las de formas que redefinem e remodelem profundamente a maneira como nós organizamos a economia e nos posicionamos enquanto seres econômicos. Como observa Gibson-Graham:

Se outrora acreditávamos que a economia era despolitizada em grande parte por causa de suas representações, agora começamos a compreender que sua repolitização exige que nos cultivemos como sujeitos capazes de imaginar e levar a cabo uma nova política econômica. Amparados pelo surgimento de vários movimentos em todo o mundo, vemos a necessidade não só de uma economia teorizada de maneira diversa, mas também de novas *práticas de pensar* eticamente a economia e de nos tornarmos espécies diferentes de seres econômicos.<sup>38</sup>

Como a economia passou a depender (especialmente na era neoliberal, mas também nos períodos históricos do capitalismo) do trabalho “feminizado”, ou “*housewifized*” no dizer de Maya Weisinger, nós temos que pensar de novas maneiras sobre trabalho não remunerado, trabalho materno ou reprodutivo e redes de cuidado.<sup>39</sup>

Uma “prática de pensar eticamente a economia e de nos tornarmos espécies diferentes de seres econômicos” significa revalorar o trabalho de cuidar como prática econômica feminista alternativa. O trabalho invisível que as mulheres desempenham em toda economia foi criticado a partir de uma perspectiva feminista marxista, com a mobilização feminista significativa em torno da questão nos Estados Unidos e na Europa nos anos 1960 e 1970. Em particular, as feministas nesse período buscavam revelar a forma como as relações de poder funcionam em termos de economia, em que o empoderamento individual é conferido a quem se mostra capaz de manter um posto de trabalho na economia formal. Não obstante, esse posto só pode ser sustentado mediante o trabalho na economia informal, isto é, o trabalho doméstico. Como destaca Maya Weisinger:

No caso das donas de casa, toda uma economia é construída sobre a ideia de trabalho gratuito e cuidados gratuitos: a economia informal. Donas de casa não são remuneradas por cuidar dos filhos, fazer compras, limpar, cozinhar etc. Estes são elementos de apoio considerados necessários para que a contraparte masculina da unidade familiar possa trabalhar e sustentar financeiramente a família, e se desenvolver na economia formal, o que vem a ser a definição última de sucesso na nossa sociedade.<sup>40</sup>

As feministas se apoiaram na teoria marxista em parte porque o conceito marxista de “todo social” nos permite ver a estruturação recíproca de formação familiar, prática reprodutiva, construção sexual, determinismo econômico e ideologia do “feminino”. Ademais, o conceito permite-nos observar o modo como essas instituições estão enraizadas em condições econômicas particulares. Em seguida, as feministas marxistas chamaram atenção para a ordem material da existência e examinaram a dinâmica de poder e dominação no interior dessa ordem.

Embora o pensamento marxista dê às feministas ferramentas poderosas para pensar por meio da dinâmica da história e da opressão, há, claro, diversas limitações nas maneiras como essas ferramentas foram construídas pelos homens que as desenvolveram. As feministas marxistas tiveram então que modificá-las e formular questões como: o que é material para as mulheres? Qual a relação da ordem material das mulheres com a ideologia? Qual a limitação do marxismo para compreender o gênero como um problema de construção social?

Está claro que é preciso haver uma expansão da esfera material para que o marxismo seja um instrumento analítico que as feministas possam usar para “se tornarem espécies diferentes de seres econômicos”. Uma perspectiva feminista necessita desenvolver uma definição de economia que inclua lida doméstica, trabalho reprodutivo, sexualidade, trabalho emocional e trabalho de cuidar. Assim, uma análise feminista alternativa deve buscar expandir a “economia” como uma esfera de produção e troca para uma economia com um sentido geográfico e conceitual muito mais extenso. Voltando à nossa discussão anterior sobre o valor, uma prática econômica feminista alternativa não apenas ampliaria e aprofundaria a noção marxista acerca da economia, mas se empenharia em descentralizá-la inteiramente.

Uma das formas como as feministas marxistas tentaram expandir a noção marxista de economia no final dos anos 1970 foi reivindicar salário para o trabalho doméstico. Empregou-se um argumento forte: que organizar a vida doméstica, desde limpar e cozinhar até cuidar dos filhos, era absolutamente crucial para manter o sistema econômico capitalista (como era crucial o trabalho reprodutivo que permitia a continuação da produtividade da mão de obra assalariada), mas não era trabalho remunerado. O debate centrava-se em como, e se, o trabalho

doméstico de fato gerava mais-valia, ou mais-valor, para o capital (isto é, o trabalho gratuito das mulheres serve não só aos homens, mas também ao capital; não é apenas trabalho gratuito, mas, por não ser remunerado, não é considerado trabalho).<sup>41</sup> Essa análise *ampliou* a noção marxista de economia, mas continuava muito próxima dos termos marxistas.

Conforme detalhou a feminista italiana Silvia Federici, o movimento feminista Wages for Housework [Remuneração para o Trabalho Doméstico] buscava desmascarar o processo de naturalização sofrido pelo trabalho doméstico por não ser remunerado, expor a lógica capitalista do “trabalho remunerado” e “demonstrar que historicamente a questão da ‘produtividade’ sempre esteve ligada à luta por poder social”.<sup>42</sup> O movimento foi crucial ao revelar algumas das principais maneiras como as economias capitalistas mantêm o poder: pela desvalorização de “esferas inteiras da atividade humana, a começar pelas atividades de provisão da reprodução da vida humana, e pela capacidade de usar o salário para extrair trabalho também de uma grande população de trabalhadores que parecem estar fora da relação salarial: escravos, súditos coloniais, prisioneiros, donas de casa e estudantes”.<sup>43</sup>

Também houve esforços feministas para *aprofundar* a noção marxista de economia, os quais buscavam desenvolver uma base material para a opressão das mulheres que questionasse os termos marxistas mais abertamente. Por exemplo, o trabalho reprodutivo precisa ser valorado de outra maneira, não como fenômeno natural, mas como fenômeno social, o que significa dizer que ele é organizado, controlado e situado de modos particulares. E, também, que produz determinada consciência e ideologia, não podendo ser reduzido a relações econômicas.

Sexo, sexualidade, subjetividade e afeto também são mecanismos feministas para aprofundar a noção marxista de economia, e com eles, como mostra Catharine MacKinnon, o feminismo nos permite aceitar e transcender Marx e Freud, e também compreender a construção da sexualidade não como construção de subjetividade, mas como uma dimensão da construção material das pessoas num sistema de dominação e de opressão. MacKinnon argumenta que a sexualidade é o domínio material da opressão da mulher, e que sua construção no âmbito de termos masculinos é o que torna os homens dominantes e as mulheres subordinadas.<sup>44</sup> É precisamente a naturalização dessa relação que faz parecer que a subordinação das mulheres não tem base material. É a subordinação das mulheres tão material quanto a subordinação de classe? Esta é a questão que estava no centro dos esforços feministas para aprofundar a noção marxista de economia.

Entretanto, há problemas cruciais internos às tentativas de recorrer à teoria marxista para compreender as relações de poder entre gêneros. A circunscrição da

economia, sobretudo, implica a circunscrição simultânea do que é político. A primazia marxista do econômico significa que as relações de produção são vistas como formadoras de tudo o mais; e, no momento atual, as relações de produção dominantes são aquelas do capitalismo, de modo que as relações capitalistas são vistas como formadoras de todas as outras relações. Marx simplesmente não reconhecia a centralidade do trabalho reprodutivo, independentemente de analisar a acumulação de capital ou uma sociedade comunista ideal. Para voltarmos a Gibson-Graham, nós precisamos sair desse tipo de pensamento essencialista e condensado para pensar o que significa sermos espécies diferentes de sujeitos econômicos. Em outras palavras, embora ampliar e aprofundar a noção marxista de economia constituam os primeiros passos necessários, nós precisamos *descentralizar* essa noção da economia e imaginar um conjunto diferente de dinâmicas e parâmetros.

Uma maneira de pensar essa questão é revalorar o que chamamos de cuidados. Como destacou Evelyn Nakano Glenn, é importante ter uma sociedade que valorize os cuidados e o trabalho de cuidar de modo diferente – o que é muito diverso de uma sociedade que valorize construir uma marca e mercantilizar o feminismo popular.<sup>45</sup> No mundo ocidental contemporâneo (especialmente nos Estados Unidos), os cuidados são um bem privatizado, sua articulação e operação são da responsabilidade de indivíduos. Uma política feminista de cuidado sugeriria que descentralizássemos essa dinâmica e compreendêssemos que os cuidados são um direito coletivo tanto para os cuidadores quanto para aqueles que precisam de cuidados. Isso exigiria uma redistribuição da riqueza social na direção daqueles que precisam de cuidados (sobretudo idosos e crianças) e um comprometimento com a construção de uma forma coletiva de reprodução social.<sup>46</sup> O trabalho envolvido na organização da esfera doméstica, a manutenção da família, o trabalho de nutrir e o trabalho emocional são tipicamente relegados às mulheres e aos negros e decerto não são uma prioridade do Estado. Uma política econômica feminista de cuidados reprioriza o cuidado, compreendendo que se trata de uma forma crucial de reprodução social, e questiona as ideologias de independência individual e responsabilidade familiar, colocando assim os cuidados e o trabalho de cuidar como uma responsabilidade social pública.

### *Redes de cuidado*

Como argumentou Silvia Federici, os cuidados com os idosos sempre estiveram em estado de crise no seio das sociedades capitalistas, “tanto pela desvalorização do trabalho reprodutivo no capitalismo quanto porque se considera que os idosos não são mais produtivos, em vez de apreciá-los, como o eram em muitas sociedades

pré-capitalistas, enquanto depositários da memória e da experiência coletivas”.<sup>47</sup> Na medida em que os governos dedicam cada vez menos dinheiro ao cuidado dos idosos e repassam esse ônus aos indivíduos, torna-se claro que, de um ponto de vista econômico convencional, o cuidado dos idosos (bem como de outros) é desvalorizado, visto como responsabilidade do indivíduo, sem ser considerado elemento crucial da reprodução social de uma nação ou comunidade.

Arlie Hochschild escreveu em *The Outsourced Self* que, no momento histórico em curso, nós monetizamos as relações íntimas, passando do que ela vê como um “mundo de aldeãos para um mundo de forasteiros”.<sup>48</sup> A autora prossegue: “Ao longo do caminho, nós também criamos um mercado de estados emocionais. Ironicamente, um dos sentimentos que o mercado pode nos vender é o de estarmos autenticamente fora do mercado.”<sup>49</sup> Isso tem implicações para o trabalho de cuidar, pois um dos mercados de “estados emocionais” é o mercado de cuidados – dos idosos, das crianças. Como argumentamos, os mercados não se limitam a criar normas, eles dependem de normas para contextos determinados; são um processo normativo contínuo. No contexto do mercado de cuidados, a instituição social do trabalho de cuidar tem que ser expandida e mantida, ao passo que, na visão da economia convencional, a responsabilidade por essa manutenção coube essencialmente a mulheres e negros mal remunerados. E, como muitos idosos e famílias não podem pagar pelos cuidadores, para que esse tipo de cuidado seja provido a responsabilidade (geralmente) cabe às mulheres da família.

Houve práticas recentes que se voltaram para a questão do individualismo do trabalho de cuidar, especialmente o trabalho de cuidado materno. Como escreveram Julie Wilson e Emily Yochim, a blogosfera se tornou um espaço rico para mães desejosas de estabelecer redes de cuidado e comunidade, o que levou ao que elas chamam de “mamãesfera”.<sup>50</sup> “Blogs das mães” (um nome infeliz, porque diminui a importância potencial dessas comunidades ao rotulá-las como domínio da “mãe”, motivo por que usaremos o termo “blogs maternos”) floresceram nos anos recentes e forneceram um espaço virtual para as mães compartilharem coletivamente os trabalhos maternos, as pressões e os fardos da vida da família nuclear no capitalismo liberal. Embora o trabalho materno e reprodutivo sempre tenha sido central para o funcionamento do capitalismo, no âmbito do capitalismo neoliberal o papel do trabalho reprodutivo é ainda mais crucial, na medida em que o Estado de bem-estar social continua a ser desmantelado e cada vez mais o trabalho depende de indivíduos ou famílias. Como apontam Wilson e Yochim, a precariedade do trabalho se destaca sobretudo através das mães e de seu trabalho,

pois é o seu trabalho como guardiãs do campo doméstico que subscreve e possibilita a privatização e o governo por meio da insegurança ora vigentes. Desse modo, a desconcertante redistribuição da riqueza para as camadas mais altas da sociedade nas últimas décadas tem se dado à custa das mães, que estão constantemente ajustando suas vidas, tarefas, afetos e sensibilidades a fim de estabilizar situações familiares cada vez mais abaladas conforme suas experiências de vida são pilhadas.<sup>51</sup>

É importante observar que as redes digitais de cuidados, como as comunidades maternas on-line, cumprem a tarefa importante de revalorizar o trabalho das mulheres. Ao mesmo tempo, revalorizam o trabalho das mulheres para a mulher individual envolvida, em vez de questionar permanentemente a invisibilidade estrutural desse trabalho. Julie Wilson e Emily Yochim chamam esse aspecto de “solidariedades individualizadas”, em que o “objetivo da coletividade é a estabilização e a valorização de famílias nucleares individuais”. Essa tensão entre indivíduos e coletividades está hoje presente em grande parte do ativismo social, inclusive na economia feminista.

A economia feminista, como a cultura da criatividade, questiona e desafia o individualismo do capitalismo neoliberal não apenas revalorizando tipos particulares de trabalho, mas também insistindo na noção de “bens comuns” como meio para pensar economias alternativas.<sup>52</sup> Na verdade, ironicamente, os mesmos processos e a mesma lógica econômicos que autorizam o capitalismo neoliberal e privilegiam a ideia de indivíduo como norma possibilitam práticas econômicas alternativas, como a compreensão feminista dos bens comuns. Como Silvia Federici comenta, o modo como o capitalismo neoliberal busca transformar todas as coisas em mercado também funciona, ironicamente, para criar espaços alternativos, que, por sua vez, são novamente ameaçados de privatização. Esses novos espaços, tais como os espaços digitais dos blogs maternos, significam não só “que os bens comuns não desapareceram, mas também que novas formas de cooperação social estão sendo constantemente produzidas, e em áreas da vida onde nada havia antes, como por exemplo a internet”.<sup>53</sup>

A chave aqui é questionar ativamente a cooptação dos bens comuns colaborativos pelo mercado ou pelo Estado. Bens comuns feministas, que reconhecem o papel essencial da reprodução social da vida humana como prática coletiva, e não privada, são verdadeiramente uma alternativa econômica.

## **Conclusão – Práticas econômicas para além da economia**

Deveria ser óbvio que as práticas econômicas são formadas por valores culturais. Essa observação elementar, na verdade, vai no sentido oposto ao da análise



econômica convencional, pois a economia neoclássica repousa sobre uma suposição essencialista da natureza humana: o *Homo economicus*, um indivíduo racionalmente orientado. A racionalidade é medida em termos da melhor alocação de recursos escassos a fim de maximizar a utilidade pessoal. Para que essa formulação ingênua se desvencilhe da contradição de uma utilidade puramente objetiva, livre de valores subjetivos, a satisfação pessoal deve ser equiparada à maximização dos ganhos monetários. Com efeito, há uma segunda suposição: se o dinheiro não traz felicidade, pelo menos pode comprá-la. Por conseguinte, a satisfação é circunscrita ao que o mercado pode oferecer. O circuito está fechado: o valor econômico é equiparado ao valor monetário determinado pelo mercado em termos da relação entre oferta e demanda como meio de satisfazer a maior parte das necessidades e dos desejos. Claro, os economistas convencionais reconhecem que há nisso uma simplificação excessiva da diversidade do comportamento humano. A vida não pode ser reduzida a transações econômicas, as sociedades não podem ser reduzidas a mercados. Não obstante, todos os demais comportamentos humanos são despachados para o mundo da irracionalidade, sendo a economia o domínio de escolhas racionais e resultados quantificáveis. Que assim seja. Portanto, nós precisamos de um arcabouço explicativo poderoso o bastante para dar conta da diversidade cultural que orienta o comportamento humano a fim de compreendermos por que as pessoas fazem o que fazem, para além do paradigma da racionalidade estritamente definido. E como as práticas de produção, consumo e troca estão integralmente enredadas no tecido social da vida das pessoas (além dos parâmetros dos modelos econômicos), nós precisamos de uma análise cultural multifacetada para entender as práticas humanas, inclusive as econômicas. Foi o que tentamos propor neste artigo, em conexão com o esforço analítico dos colaboradores deste livro em suas pesquisas específicas.

## 2. Economia sem crescimento

Giorgos Kallis<sup>1</sup>

### Introdução

O começo do século XXI apresenta um conjunto de desafios para a ciência econômica diferente daquele proposto pelo final do século XIX e começo do XX, quando foram fundadas as premissas da atual ortodoxia. Na época, a questão central era como alcançar o crescimento; agora, é como ir adiante e prosperar sem crescimento.<sup>2</sup> Antes a questão era como produzir riqueza;<sup>3</sup> agora, é como viver com o suficiente.<sup>4</sup>

As economias desenvolvidas se encontram numa constelação singular de estagnação (pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial),<sup>5</sup> limiares ecológicos (em particular a catastrófica mudança climática, virtualmente inevitável, caso a economia global continuar a crescer no ritmo atual)<sup>6</sup> e desigualdades crescentes (acentuadas pela estagnação e pela virada “neoliberal”).<sup>7</sup> O crescimento é insustentável, mas o decrescimento é socialmente instável nas economias capitalistas.<sup>8</sup> Uma nova ciência econômica deve orientar a questão de como tornar o decrescimento estável e ao mesmo tempo reduzir as desigualdades.

Os modelos econômicos tradicionais são inadequados para abordar esses problemas. Suas simplificações pré-analíticas derivam em parte de preocupações normativas do passado. O modelo-padrão de crescimento de Robert Solow, por exemplo, foi projetado para explicar as origens do crescimento, que era atribuído à acumulação de capital e ao progresso tecnológico que determina a produtividade. Economistas depois de Solow decompueram a produtividade em capital social e capital humano, produtividade energética ou qualidade das instituições. Inverter isso e afirmar que o decrescimento exigiria redução do estoque de capital, regressão tecnológica ou desmantelamento de instituições e sistemas educacionais é obviamente um equívoco. Os determinantes da “prosperidade sem crescimento” são uma questão qualitativamente diferente. O problema não é como desfazer o crescimento, mas como criar um caminho próspero alternativo que não passe pelo crescimento. É necessária uma ciência econômica diferente para uma economia diferente.

Como foi observado por Armon Rezai e outros,<sup>9</sup> no modelo neoclássico de equilíbrio os preços se ajustam automaticamente para manter a economia na

trajetória ótima, investimento e expansão (ou, inversamente, mas admitido com muito menos frequência, na trajetória ótima de contração, se for a isso que levam os fundamentos). Na realidade, a economia está mais amiúde em desequilíbrio. O “ajuste de preços” que se segue a uma crise é repleto de sofrimento e abundante em conflitos distributivos. As contrações estão longe da estabilidade. São a dinâmica e as consequências distributivas de um “ajuste” contracionário que devemos compreender a partir de uma perspectiva de decrescimento. No modelo tradicional, ao contrário, a distribuição é tratada como uma questão separada da questão da riqueza e como adendo da eficiência.

Muitos cientistas, nem todos economistas, são motivados pela busca do desenvolvimento de uma “nova ciência econômica”. Esses esforços são diversos e se estendem de modelos dinâmicos, ou neokeynesianos, de baixo ou nenhum crescimento<sup>10</sup> até várias análises quantitativas e qualitativas originárias da bibliografia sobre pós-crescimento e decrescimento.<sup>11</sup> Essa comunidade diversificada inclui não só economistas políticos, economistas ecológicos ou economistas institucionais, mas também geógrafos, ecologistas e sociólogos. A agenda de pesquisa é transdisciplinar.<sup>12</sup> Eles não compartilham a obsessão da ciência econômica dominante com microfundações axiomáticas, representação matemática e generalização estatística. Em vez disso, formulam hipóteses lógicas ou dialéticas, expressas verbal ou matematicamente, e mobilizam tanto métodos qualitativos (por exemplo estudos de caso) quanto quantitativos (por exemplo econometria) para investigá-las.

Essa nova ciência econômica não surgiu de maneira coordenada.<sup>13</sup> Tento aqui inverter a ordem e olhar *ex-post* especialmente para a literatura sobre decrescimento, buscando discernir seus princípios centrais e as novas compreensões que ela engendra. A Parte 1 deste artigo apresenta seis ideias-chave sobre economia que caracterizam essa literatura: a economia como uma invenção (1) que é política (2), material (3) e diversa (4), cuja função-chave é a distribuição e o gasto de excedente (5) e que muda através de um processo coevolutivo (6). Desconsiderarei uma sétima dimensão da economia como cultura porque isso é tratado em detalhes no artigo de Benet-Weiser e Castells. A Parte 2 fornece uma explicação alternativa da crise com base nesses princípios. A Parte 3 situa a ascensão do movimento em prol de uma economia alternativa<sup>14</sup> como movimento que encarna essa nova compreensão da economia. A Parte 4 enfoca políticas de gestão sem crescimento.

## **Parte 1 – Seis princípios centrais**

## *A economia é uma invenção*<sup>15</sup>

“A economia” não é uma ideia universal, a-histórica, que sempre existiu. É uma ideia cujas genealogia e origens podem ser traçadas; e cujo significado evoluiu com o tempo, denotando coisas diferentes em diferentes períodos e sociedades. Juan Martinez-Alier<sup>16</sup> ressalta a distinção feita por Aristóteles entre “economia”, a administração da casa, e “crematística”, ganhar dinheiro por meio do dinheiro. Michel Foucault situa o nascimento da economia política entre os séculos XVI e XVIII, observando uma expansão da noção de “economia” da casa (ou seja, a disposição adequada das pessoas e coisas de um domicílio) para a população como um todo. Segundo ele, a economia política marca um deslocamento de dominação com base em soberania para “governamentalidade”, isto é, governar populações para seu próprio aprimoramento, tornando-as partícipes de seu (auto)disciplinamento.<sup>17</sup> A “estatística”, literalmente a ciência do Estado, é produto desse interesse em registrar, governar e aprimorar as populações. Usando a abordagem foucaultiana, Timothy Mitchell desvela os métodos de medição, circulação e troca que materializaram a nova ideia de “economia” nacional, usando o Egito como estudo de caso.<sup>18</sup> Novas estatísticas e novos indicadores, como o Produto Interno Bruto (PIB), foram componentes básicos dessa abstração da economia nacional.<sup>19</sup>

O fato de a economia ser uma abstração inventada não a torna em nada menos real. Como qualquer abstração, ela representa coisas e mudanças que correspondem – ao menos parcialmente – a experiências reais. Abstrações têm efeitos reais, frequentemente violentos.<sup>20</sup> As consequências sociais dos fluxos de capital ou das políticas de austeridade que respondem às razões dívida/PIB atestam isso. Não obstante, sendo abstrações, as economias por definição são incompletas e parciais. Por exemplo, a representação dominante da “economia” nos modelos tradicionais é aquela de um sistema nacional com circulação infinita de bens e serviços entre “empresas” e “famílias”. Recursos naturais não são vistos em parte alguma. Não há limites, fluxos de entrada ou saída de recursos nem controles externos dessa circulação.<sup>21</sup> Não há distribuições, instituições, política nem outras formas de poder que governem, às vezes violentamente, essa circulação. Uma ciência econômica diferente exige uma representação diferente, a começar pelo reconhecimento de que não existe nenhuma representação única, universal e objetiva de uma coisa chamada “a economia”.

## *A economia é política*<sup>22</sup>

Nos modelos convencionais, a economia é vista como um sistema com suas próprias leis e dinâmicas, governado pela oferta e pela demanda. O objetivo é, portanto, compreender como a “mão invisível” do mercado funciona. Normativamente, o projeto é estar o mais próximo possível desse equilíbrio, o ideal do “livre mercado” em que a oferta se equipara à demanda. O Estado deve ser mantido fora desse equilíbrio perfeito. Como os mercados são ótimos, quando os Estados intervêm eles reduzem a quantidade de riqueza que, caso contrário, poderia ser produzida (as exceções permitidas são a provisão de bens públicos, a correção de externalidades e a suavização de ciclos econômicos; usualmente, isso é restrito a casos muito específicos, como defesa militar e policiamento).

Karl Polanyi foi o primeiro a observar a construção ideológica do “livre mercado”.<sup>23</sup> O livre mercado não existe; ele é criado artificialmente. O mercado autorregulado não é encontrável em parte alguma, exceto na fantasia de economistas. A criação de condições para intercâmbio de mercado onde elas não existem envolve a intervenção do Estado e o uso de força. Exemplos incluem processos de acumulação por expropriação,<sup>24</sup> desde o cercamento dos pastos que catalisou o capitalismo até institucionalizações mais recentes de propriedades privadas como bens comuns intelectuais ou genomas.<sup>25</sup> O estabelecimento da propriedade privada e de trocas de mercado está longe de ser simples e envolve investimentos pesados do Estado em legislação, regulamentação, monitoramento e punição.<sup>26</sup> Polanyi argumentou que instituir mercados fictícios e transformar em commodity coisas que não foram produzidas para tal – sobretudo terra, trabalho e dinheiro – estavam no coração da grande crise dos anos 1930. Socialismo e fascismo foram duas expressões de um “contramovimento” em reação à expansão autodestrutiva do mercado.

Decorre da formulação de Polanyi que a economia só pode ser *política*. Tornar os bancos centrais independentes ou desregulamentar os mercados financeiros, por exemplo, é *uma escolha*, com consequências distributivas e que expressa certos interesses sociais em detrimento de outros. Ao insistir no encolhimento do Estado e na liberação do livre mercado, a doutrina neoliberal apresenta uma escolha política como se fosse um resultado natural (daí a linguagem do “equilíbrio”). Cornelius Castoriadis observou como a ideia de economia autorregulada com suas leis e verdades próprias substituiu a religião como fonte de “heteronomia” para as sociedades seculares, o conjunto de leis externamente fixadas às quais a vontade das populações supostamente deve sucumbir.<sup>27</sup> Para Castoriadis, democracia implica “autonomia”, a possibilidade de os coletivos refletirem conscientemente e (re)construírem suas próprias instituições (e sua história), em vez de construí-las atribuindo sua criação a forças externas, como “deus” ou “o mercado”.

Na bibliografia sobre o decrescimento há clamores para “sair” da economia ou “resgatar” a economia.<sup>28</sup> Eles não são tão contraditórios quanto parecem. “Sair” significa fugir da visão dominante de uma economia exógena com suas próprias regras e leis, isto é, um reconhecimento da autonomia para dar forma ao que é economia. “Resgatar” significa um exercício do poder coletivo para governar a economia rumo a diferentes fins. Sair, literal e fisicamente, da economia convencional é um meio de criar novas economias alternativas, economias com leis e verdades diversas.

### *A economia é material*<sup>29</sup>

A atividade econômica – produção, troca ou consumo – não acontece no vácuo. Ela extrai e transforma insumos (energia e matérias-primas) e gera produtos indesejáveis, como desperdício ou emissões para a atmosfera. Cada sociedade, como cada organismo, tem um “metabolismo”, um padrão de rendimento material e energético.<sup>30</sup> Nada há de imaterial nos serviços de informação, como um site de rede social tipo o Facebook. Eles embutem vastas quantidades de materiais e energias (o que Howard Odum<sup>31</sup> chamou de “emergia” [*emergy*], a partir de *embodied energy* [energia incorporada]): matérias-primas usadas para computadores; energia usada para alimentar os servidores; ou alimentos, materiais e energia empregados para criar, educar e fazer circular os empresários do Vale do Silício. A economia “imaterial” incorpora uma economia muito material.

O processo econômico aumenta a entropia ao converter matéria e energia de qualidade superior em energia de qualidade inferior.<sup>32</sup> Para Nicholas Georgescu-Roegen, a morte entrópica da vida no planeta é o limite físico final; uma transição de combustíveis fósseis exaustivos, que uma vez usados são transformados irreversivelmente em energia de alta entropia, para energia solar “renovável”, o que irá reduzir o ritmo rumo a esse final entrópico. Entretanto, a presença ou não de limites entrópicos últimos foi questionada; e mesmo que esses limites existam eles provavelmente operam em horizontes de tempo de milhões de anos, o que os torna irrelevantes para as gerações atuais. Não obstante, reservas específicas, como o petróleo e o fósforo de que a indústria e a agricultura modernas dependem, podem se exaurir. Trata-se de uma questão de limites específicos, não últimos.

Uma concepção preferível da relação entre sociedade e recursos é a da coevolução. Recursos como combustíveis fósseis ou ecossistemas como a atmosfera condicionam o que as sociedades podem ou não fazer em qualquer momento específico. As sociedades remodelam esses “limites”; a agricultura industrializada superou os limites da produtividade da terra e o petróleo substituiu o carvão.

Nesse processo, novos limites e condições foram produzidos, como poluição do solo, erosão, exaustão do fósforo para produzir fertilizantes e mudança climática. As “respostas” a esses limites, como o desenvolvimento de energia nuclear, areias de alcatrão ou organismos geneticamente modificados, podem aumentar o bem-estar de alguns (tipicamente poucos) à custa de muitos outros. É mais cabível pensar a economia e a atividade social não como limitadas, em sentido absoluto, por um ambiente planetário circundante,<sup>33</sup> mas em constante relação coevolutiva, por meio da qual as sociedades transformam os ecossistemas para melhor ou para pior, e em seguida têm de se adaptar às suas próprias transformações.<sup>34</sup>

O insight de Georgescu-Roegen permanece importante na medida em que o processo econômico cria ordem sintrópica em alguns lugares aumentando a entropia em outros. A mudança climática resulta do deslocamento entrópico de emissões de carbono para a atmosfera. Aumentar emissões e concentrações de carbono na atmosfera desestabiliza o clima com consequências desastrosas, as quais determinarão substancialmente a coevolução futura. Se todos os combustíveis fósseis disponíveis fossem eventualmente extraídos, a temperatura no planeta subiria 15°C. Para continuarmos dentro do que os cientistas afirmam ser a faixa de operação segura de 2°C de mudança, em 2050 a economia, se continuar a crescer no mesmo ritmo, deveria ter que se tornar 130 vezes mais eficiente no uso do carbono; para efeitos de comparação, de 1980 a 2007 a eficiência aumentou meros 23%.<sup>35</sup> Os países ricos devem começar a cortar suas emissões em 8 a 10% ao ano,<sup>36</sup> quando o melhor que eles têm alcançado são reduções de 1%, e isso durante as recessões. A redução da atividade econômica – nos termos de Georgescu-Roegen, uma desaceleração do processo econômico entrópico – parece inevitável, seja voluntariamente, por decrescimento planejado, seja involuntariamente, por uma mudança desastrosa no clima.

Outro insight importante da visão material, ou metabólica, da economia é que a própria produção de energia e recursos usa energia e recursos. Para prospectar petróleo gasta-se energia; para extrair urânio e silício e operar uma usina nuclear ou de energia solar, também. O período de alto crescimento foi associado à produtividade de alta energia (ou excedentes de alta energia) do petróleo e do carvão. Não está claro de que forma as energias renováveis mais limpas, com um retorno de energia menor que o investimento energético, sustentarão altas taxas de crescimento ou uma economia da escala atual. Embora a perspectiva keynesiana de curto prazo sugira que o investimento público em infraestruturas verdes e energia renovável pode ser expansionista, a longo prazo é improvável que isso ocorra, já que o que está se fazendo de fato é substituir fontes de energia de alta produtividade por fontes de baixa produtividade. O trabalho pode substituir a

energia, mas isso é o inverso do processo de crescimento. Em conclusão, é improvável que exista um “crescimento verde”.

### *A economia é diversa*<sup>37</sup>

A economia dos modelos convencionais é a economia capitalista de propriedade privada, trabalho assalariado e trocas de mercado, com empresas que produzem visando ao lucro, e pessoas oferecendo sua força de trabalho em busca de salários, os quais por sua vez lhes permitam consumir. Na realidade, esta é apenas a ponta visível do iceberg da economia.<sup>38</sup> Abaixo da superfície há uma diversidade de mercados alternativos (por exemplo comércio justo) ou trocas de não mercado (por exemplo escambo), há formas alternativas de trabalho remunerado ou não remunerado (por exemplo trabalho doméstico ou voluntário) e há empresas alternativas (por exemplo bancos ou cooperativas éticas) ou empresas não capitalistas (por exemplo ONGs, coletivos e associações, redes de cuidado mútuo). Na bibliografia sobre decrescimento, muita atenção é dada às “economias de dádiva”,<sup>39</sup> em que bens e serviços circulam através de redes de vínculos e obrigações sem lógica de lucro; ou os “bens comuns”, para cuja produção as pessoas reúnem ou compartilham recursos e auto-organizam as instituições de governança.<sup>40</sup>

O trabalho de cuidados ou as trocas não mercantis no seio das famílias são formas óbvias de economia não capitalista, permeadas pela lógica de dádivas ou de bens comuns colaborativos. Hortas urbanas, cooperativas alimentares consumidor-produtor e bancos de tempo (*time banks*) são as mais novas reencarnações “pós-capitalistas” de tais relações não capitalistas.<sup>41</sup> Não são resquícios de – e nem regressões a – formações pré-capitalistas “ainda não transformadas em capitalistas”, a menos que se invista na ideologia do “livre mercado” como destinação final.

Como argumenta J.K. Gibson-Graham, a economia de mercado é sustentada por uma quantidade imensa de trabalho realizado fora dela.<sup>42</sup> Medidas em termos monetários, as práticas alternativas não capitalistas só podem explicar uma parte muito pequena da economia. Porém, isso se dá precisamente porque elas não produzem tendo em vista o lucro e não fazem parte do sistema contábil dos mercados. Se levarmos em conta a atividade humana ou o tempo de trabalho dedicado a serviços domésticos, voluntários ou sem fins lucrativos, ou, de modo mais desafiador, se considerarmos o valor social (e não o valor de troca) produzido por esse tipo de trabalho, talvez a economia alternativa seja comparável à economia formal, se não for maior que ela. Sem essas práticas, e sem seus



“subsídios” não contabilizados, a economia formal não seria sustentável, pois teria de remunerar uma produção que hoje recebe de graça.

*A questão central da economia é o excedente, não a escassez*<sup>43</sup>

O excedente é produzido quando os trabalhadores recebem por seu trabalho menos do que sua contribuição para o produto. Ele também é gerado quando aqueles que fazem o trabalho de cuidado reprodutivo que sustenta uma economia (cozinhar, limpar ou ajuda mútua) não recebem sua parte desse trabalho, ou quando serviços de ecossistema fornecidos gratuitamente pela natureza são explorados sem serem repostos. Combustíveis fósseis ofertaram vastos montantes de trabalho gratuito sem os quais a industrialização não teria sido possível (“escravos energéticos” seria uma metáfora proveitosa: pense nos trabalhadores invisíveis necessários para mover um elevador ou puxar carros para todo lado).

Georges Bataille argumenta que a questão-chave de todo e qualquer sistema econômico não é a escassez, mas o que fazer com o excedente, pois há sempre mais produtos que o necessário para satisfazer as necessidades básicas dos produtores.<sup>44</sup> O que distingue, por exemplo, o capitalismo de outros sistemas não é a produção de excedente, mas o que se faz com eles. A inovação do capitalismo é que ele investe grande parte do excedente promovendo mais produção e criando mais excedente.<sup>45</sup> Isso libera um crescimento potencial jamais visto em nenhuma outra civilização. O destino dado ao excedente, seja em pirâmides, monges desocupados, *potlatches*, carnavais ou investimentos, dá a uma civilização a sua essência, segundo Bataille.<sup>46</sup> Ele argumentou que o excedente precisa ser regularmente despendido e dissipado para evitar a acumulação além de um limiar em que sua dissipação se torne catastrófica (por exemplo, através de uma guerra).

O processo econômico é dominado pelo conflito distributivo sobre a contribuição para o excedente e o destino do excedente, ou, visto de outra forma, pela alocação de custos (e de benefícios). Conflitos de distribuição econômica dizem respeito à distribuição de excedente entre trabalhadores e capital, ao passo que conflitos de distribuição ecológica dizem respeito à distribuição de bens e males ecológicos.<sup>47</sup> Conflito reprodutivo tem amiúde dimensão de gênero, considerando que as mulheres estão desproporcionalmente incumbidas do trabalho reprodutivo e do trabalho de cuidar.

*A mudança econômica é um processo coevolutivo*<sup>48</sup>

Como acontecem transições de uma configuração de sistema, digamos o feudalismo, para outra, digamos o capitalismo? Richard Norgaard e mais

recentemente David Harvey<sup>49</sup> propõem um modelo coevolutivo de mudança por meio do qual esferas de atividade interagem e mudam uma a outra de maneira mutuamente constitutiva. Norgaard esboçou cinco esferas amplas: tecnologia, natureza, valores, conhecimento e instituições; Harvey, sete: formas tecnológicas e organizacionais, relações sociais, arranjos institucionais e administrativos, processos de produção e de trabalho, relações com a natureza, reprodução da vida cotidiana e da espécie e “concepções mentais do mundo”, esta última incluindo relações de confiança e sistemas culturais e de crenças.

Evolução significa que mudanças de época se tornam evidentes com o passar do tempo; elas não são perceptíveis quando acontecem. Em todo e qualquer momento do tempo, as diferentes esferas estão entrelaçadas e são difíceis de mudar, dando a impressão de um “sistema” imutável, como o capitalismo. Isso esconde a variação e a diversidade que sempre existem dentro de cada esfera. Tal diversidade é constantemente renovada através da mera inovação (o que na biologia é chamado de “mutação”), intencional ou não.<sup>50</sup> Seleção mútua significa que as variantes de uma esfera que melhor se adequarem às variantes dominantes de outra são as que têm mais probabilidade de “sobreviver” e se multiplicar. Subsistemas entrelaçados minoritários frequentemente coexistem “no interior do sistema antigo”, ocupando nichos e neles se desenvolvendo e se expandindo quando as condições ambientes mudam. A separação espacial facilita a diferenciação e a evolução de nichos. Assim como novas formas de vida evoluíram em ilhas distantes, novas formas sociais e culturais podem surgir em locais distantes ou pela ação de grupos que logram se isolar espacialmente e desenvolver autonomamente seu território, embora se relacionem em rede para transferir suas inovações (pense no movimento zapatista).

O capitalismo coexistiu longamente com o feudalismo antes de enfim evoluir para além dele. Conexões foram forjadas antes, entre novas tecnologias e novas formas organizacionais, por um lado (empresas, corporações, contratos comerciais, bancos, investimentos), e arranjos institucionais e administrativos, por outro (abolição das monarquias e de privilégios feudais, cercamento de bens comuns, democracia liberal, leis de proteção à propriedade privada). Essas conexões foram mais intensas em nichos geográficos, como a Veneza medieval ou, mais tarde, a Holanda e a Inglaterra. Novos arranjos administrativos foram viabilizados num contexto de novas relações sociais, de novos valores e de lutas em torno de instituições concorrentes.<sup>51</sup> O sucesso do novo modo de organização se beneficiou do advento – e o facilitou – de todo um novo sistema de tecnologias, o qual por sua vez foi possível graças ao acesso a – e ao desenvolvimento de – uma vasta reserva de combustíveis fósseis.<sup>52</sup>

Apesar de tudo parecer entrelaçado no curto prazo, no longo prazo tudo muda, especialmente como resultado de perturbações externas que alteram o ambiente de seleção, análogas a “cometas” ou outros eventos cataclísmicos na evolução biológica. A coevolução é um processo lento na maior parte do tempo, pontuado por transições para novos equilíbrios em períodos de mudança revolucionária (como as revoluções burguesas do século XIX ou as revoluções socialistas do século XX).

## **Parte 2 – Um relato alternativo da crise**

Com esse repertório conceitual em mãos, permitam-me esboçar uma explicação alternativa da crise, desenvolvendo pensamentos expressos por Giorgos Kallis e outros.<sup>53</sup> A ideia básica é simples: os limites ao crescimento foram suplantados pela expansão de crédito. O crescimento monetário desconectado dos fundamentos econômicos só pôde durar até certo ponto, e então colapsou de maneira espetacular.

Desde o final dos anos 1970, as economias desenvolvidas entraram num período prolongado do que foi recentemente chamado de “estagnação secular”.<sup>54</sup> As altas taxas de crescimento do período de reconstrução do pós-guerra chegaram ao fim, e taxas de crescimento baixas ou iguais a zero se tornaram a norma. A economia de produção estava chegando a um limite por quatro razões: a estabilização que se segue a retomadas após uma catástrofe ou um crescimento rápido durante os processos de convergência e *catching-up*; o fato de que quanto maior uma economia fica, mais difícil se torna crescer no mesmo ritmo; a exaustão do potencial das grandes inovações tecnológicas do século XIX e do começo do século XX,<sup>55</sup> especialmente a falta de novas descobertas em termos de produtividade energética;<sup>56</sup> e dificuldades para criar novos mercados capazes de absorver excedentes sempre crescentes.<sup>57</sup> Possivelmente, os limites nas taxas de produtividade do petróleo e de matérias-primas também tiveram sua participação.<sup>58</sup>

A estagnação foi superada por uma expansão de crédito, e as finanças foram viabilizadas por endividamento privado e público. O endividamento privado tomou a forma de hipotecas para compra de imóveis e consumo, facilitada pela privatização do dinheiro, um dinheiro novo criado por bancos através de empréstimos.<sup>59</sup> A troca de papel por papel é hoje vinte vezes maior que a troca de papéis por mercadorias reais. Em alguns casos singulares, como o da Grécia, onde o Estado continuou a controlar grande parte da economia, o endividamento tomou forma de dívida pública. Em outros, a maior parte da dívida era privada, pelo

menos até os governos assumirem o prejuízo ou os riscos de bancos insolventes. Em todo caso, o influxo de dinheiro ou de empréstimos, privados ou públicos, facilitado pela invenção de novos produtos financeiros, logrou sustentar ficticiamente as altas taxas de crescimento.

Isso foi apoiado pela coevolução entre um sistema de crenças estruturado em torno dos benefícios do chamado livre mercado e um conjunto de intervenções políticas que serviram para desregular importantes esferas da vida econômica, em especial o mercado imobiliário, os produtos financeiros e o movimento transfronteiriço de capital. A fetichização do crescimento do PIB e dos índices das bolsas de valores, impulsionada pelo capital fictício desregulamentado, serviu para disfarçar os fundamentos problemáticos da economia. Por sua vez, o deslocamento político de poder, levado a cabo pelas mudanças institucionais que tiveram lugar em nome de “liberar” a economia, levou a uma redistribuição significativa da produção para o capital e das rendas mais baixas para as mais altas.<sup>60</sup> A maior parte dos lucros do crescimento coube à minoria, ao passo que o padrão de vida da maioria estagnou. Num círculo vicioso, o endividamento crescente evitou a estagnação da demanda. E como os poucos eleitos controlavam uma parte cada vez maior do excedente, eles acossaram o sistema político e garantiram que as mudanças neoliberalizantes chegassem para ficar.

A bolha estourou em 2008, e talvez o petróleo tenha tido alguma coisa a ver com isso. O crescimento contínuo, acentuado pela crescente demanda de recursos da Ásia e associado a uma super oferta de dinheiro e capital financeiro, levou a um aumento sustentado dos preços do petróleo e das commodities a partir de 2002. Em 2007, os preços do petróleo ultrapassaram um patamar que colocou a economia dos Estados Unidos à beira de uma recessão<sup>61</sup> e catalisaram a execução das hipotecas.<sup>62</sup> Afetadas pelos altos preços da gasolina, famílias pobres dos subúrbios revelaram-se incapazes de pagar os empréstimos hipotecários tóxicos, o que revelou a exposição insustentável de vários bancos e precipitou a crise financeira. Expectativas de crescimento baixo reprimiram investimentos e ativaram uma espiral negativa que expôs os níveis insustentáveis de endividamento familiar e de exposição dos bancos.

O resto da história – com a crise contagiando a zona do euro e o deslocamento dos custos dos bancos para o setor público, com as consequentes políticas de austeridade e redistribuição regressiva – é bem conhecido. O crescimento no período pré-crise foi sustentado não só pela expansão liderada pelas finanças, mas também por uma estratégia de exploração intensiva, aumentando as mais-valias mediante supressão de salários e reduzindo serviços de assistência social e regulações ambientais, deslocando de fato os custos da empresa privada para os trabalhadores, cuidadores não remunerados e o meio ambiente. A circulação

fictícia de dinheiro e o crescimento do PIB foram mantidos, ao passo que ecossistemas não monetizados ou serviços de cuidados, relações de “dádiva”, como abrigos e cuidados mútuos, e bens comuns públicos, como saúde ou educação, foram monetizados e comercializados ou produzidos visando ao lucro (“mercantilização”). Segundo Polanyi, a degradação da essência dessas relações e desses serviços, que passaram a ser tratados como mercadoria, está ligada às crises social, moral e ambiental que antecederam e acompanharam a crise econômica.

Além disso, a invasão de novos domínios pela economia de mercado possivelmente reduziu a diversidade econômica e matou formas alternativas não capitalistas de provisão, que em outros períodos podem ter conseguido atender a necessidades básicas durante colapsos da economia formal. Em outras palavras, a hipótese é de que a mercantilização e a redução concomitante da diversidade econômica tornaram a sociedade mais vulnerável aos efeitos da crise econômica; ou, em ainda outras palavras, as sociedades com uma forte presença de economias não capitalistas suportaram melhor os efeitos da crise do que as sociedades sem essa presença.

### **Parte 3 – A economia alternativa como uma encarnação da nova ciência econômica**

A crise também foi acompanhada por uma expansão notável das economias alternativas que são o tema deste livro, tais como cooperativas de produtores e consumidores, redes alternativas de alimentos, agricultura e hortas urbanas, bancos de tempo e moedas alternativas ou redes de troca. Elas são “alternativas” porque, de uma maneira ou de outra, em menor ou maior extensão, desafiam os princípios básicos da produção capitalista, como propriedade privada, trabalho assalariado e produção para troca e lucro.

O movimento de redes econômicas alternativas pode ser pensado como um contramovimento, num sentido polanyiano, à mercantilização; uma tentativa de “resgatar” e desmercantilizar o trabalho, a natureza ou o dinheiro, aumentando a diversidade da economia e, em consequência, estabelecendo estruturas novas e resilientes, alternativas à economia do dinheiro, propensa a crises. A saída da economia convencional que se expressou nas práticas alternativas foi tanto física, no sentido de cessar de produzir, consumir e trocar visando ao lucro dentro do mercado, como também cognitiva, baseada numa compreensão diferente do que é a economia e de como ela funciona.<sup>a</sup>

Embora o grau de politização convencional das redes econômicas alternativas varie, as ideias de “sair” e “resgatar” a economia constituem um ato explicitamente politizado. A economia não é mais compreendida como um sistema autônomo,

mas como meio para um fim, um sistema de relações orientado para alcançar os objetivos sociais e políticos de um coletivo, em que o coletivo, ele sim, é autônomo.

O modelo promovido por esses coletivos também é explicitamente ecológico,<sup>63</sup> consciente da materialidade concreta de sua produção e consumo. Projetos como agricultura urbana ou redes alternativas de alimentos estão reparando a “ruptura metabólica” da produção capitalista,<sup>64</sup> desacelerando, como os camponeses antes deles,<sup>65</sup> a taxa metabólica e entrópica da economia. Agricultura orgânica artesanal ou cooperativas de consumidores de alimentos são provavelmente modos menos intensivos de organizar a produção e o consumo do que uma fazenda industrial de larga escala ou um conglomerado multinacional de supermercados (mesmo que também usem menos fertilizantes, pesticidas e combustíveis fósseis na produção ou no transporte). Mais trabalhadores e mais recursos são necessários *por unidade de produto*, na medida em que a especialização e as economias de escala são reduzidas e longas horas são despendidas em deliberações constantes e tomada horizontal de decisões. É precisamente a “improdutividade” que torna essas alternativas mais ecológicas; menos produtividade por unidade de produto significa que eles só podem produzir menos e prejudicar menos o meio ambiente. Isso não deveria ser um problema, porque criam empregos com valor social. Há, porém, uma inversão da lógica capitalista, por meio da qual a produtividade sempre crescente leva à acumulação de excedente, que por sua vez incrementa o crescimento e o uso de recursos.

Cooperativas de alimentos, por exemplo, não são desenhadas para acumular, mas para satisfazer as necessidades de alimentação saudável de seus membros. O crescimento não é seu objetivo nem seu resultado. Limites são incorporados na própria constituição e prática de projetos desse tipo. De forma semelhante, moedas comunitárias ou redes de troca não monetárias locais/regionais reduzem o nível e a velocidade da circulação de capital, ao mantê-la local e direcionar o capital para necessidades concretas, e não para o lucro. Isso significa governança e destinação do excedente diferentes das que ocorrem nas economias capitalistas.

#### **Parte 4 – Novas políticas econômicas**

A nova economia parte da posição vantajosa de não ser possível nem desejável que a economia de mercado cresça mais. O objetivo torna-se gerir ou, antes, prosperar sem crescimento.<sup>66</sup> Assim, compreendendo a economia como um sistema de excedente com conflitos sobre sua distribuição e destinação, a questão normativa, que é essencialmente uma questão política, é, então, como redistribuir um excedente que não cresce ou mesmo declina, de modo que ele garanta ou até melhore o bem-estar e a sustentabilidade ecológica.